

UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SITUAÇÃO SOCIAL DOS “FLANELINHAS”
DE VITÓRIA – ES**

MAURO LEITE TEIXEIRA

VILA VELHA
AGOSTO / 2020

UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SITUAÇÃO SOCIAL DOS
“FLANELINHAS” DE VITÓRIA – ES

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

MAURO LEITE TEIXEIRA

VILA VELHA
AGOSTO / 2020

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

T266p Teixeira, Mauro Leite
Precarização do trabalho e situação social dos “flanelinhas”
de Vitória – ES / Mauro Leite Teixeira – 2020.
58 f.; il.

Orientador: Glauber Rabelo Matias.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) –
Universidade Vila Velha, 2020.
Inclui bibliografias.

1. Segregação urbana. 2. Trabalho informal. 3. Prestação de
serviços - Visão política e social. I. Matias, Glauber Rabelo. II.
Universidade Vila Velha. III. Título.

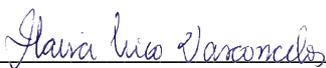
CDD 306.36

MAURO LEITE TEIXEIRA

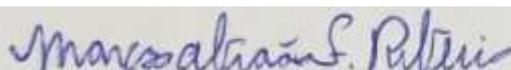
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SITUAÇÃO SOCIAL DOS
“FLANELINHAS” DE VITÓRIA – ES

Aprovado em 28 de agosto de 2020.

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Flavia Nico Vasconcelos (PPGSP/UVV)



Prof. Dr. Marcos Abraão Fernandes Ribeiro (IFF)



Prof. Dr. Glauber Rabelo Matias (PPGSP/UVV)
Orientador

*A universidade precisa sair do casulo.
Na pós-graduação, somos cobrados a publicar artigos em revistas.
Produzimos conhecimento para quê e para quem?
Será preciso se reconectar à sociedade para não se extinguir.
(Luciana Caixeta, doutoranda em música pela USP).*

*Relação boa com aqueles que já são clientes,
Mas tem alguns que trata a gente
como 'Zé Ninguém' e se recusa a pagar.
(Flanelinha em Vitória - ES)*

RESUMO

TEIXEIRA, M. L. M. Sc. Universidade Vila Velha – ES, agosto de 2020. **Precarização do Trabalho e Situação Social dos “Flanelinhas” de Vitória – ES.** Orientador: Glauber Rabelo Matias.

A evolução da sociedade competitiva acentuou, neste início de século, uma expressiva metamorfose do trabalho que resultou na sua precarização e informalidade. A produção do espaço urbano segregado e conflitos decorrentes são características presentes na cidade onde se descortina o cenário pesquisado neste trabalho, Vitória, no Espírito Santo. Ali surgem “flanelinhas” exercendo a atividade de guardadores e vigilantes de veículos como alternativa de sua sobrevivência e a de seus dependentes. O objetivo da pesquisa é compreender a dinâmica de trabalho vivida pelos “flanelinhas” de Vitória, no Centro da Capital e no bairro Praia do Suá, em sua realidade socioeconômica, analisando as condicionantes que os levam a praticar esse serviço precário. Os resultados revelaram que eles não conseguem um trabalho com carteira assinada, convivem com rendimento insuficiente e, no entendimento deles, prestam um serviço útil à sociedade. Indicam também um desconhecimento por parte da sociedade e do Poder Público Municipal, em relação às atividades praticadas. Com o recrudescimento da denominada Economia 4.0, o futuro deles se apresenta ainda mais incerto.

Palavras-chave:

Metamorfose do trabalho. Precarização. Segregação socioespacial. Sociedade competitiva. “Flanelinhas”.

ABSTRACT

TEIXEIRA, M. L. M. Sc. University of Vila Velha – ES, August 2020. **Precarious Work and Social Situation of the “Flanelinhas” of Vitória - ES.** Advisor: Glauber Rabelo Matias.

The evolution of competitive society has accentuated, since the beginning of this century, an expressive metamorphosis of work that resulted in its precariousness and informality. The production of segregated urban space and the resulting conflicts are characteristics present in the city where the scenario researched in this work (specify where) is uncovered. There Flanelinhas* appear, exercising the activity of vehicle guards as an alternative for their survival and that of their dependents. The goal of the research is to understand the dynamics of work experienced by the Flanelinhas of Vitória (specify the neighborhoods researched), in their socioeconomic reality and the conditions that lead them to practice this precarious service. The results revealed that they cannot access the formal job market and that they live with insufficient income. According to their beliefs, they provide a useful service to society. The results also indicate that a part of society and the Municipal Government ignore their activities. With the resurgence of the so-called Economy 4. 0, their future is even more uncertain.

Key worlds:

Metamorphosis of work. Precarization. Socio-spatial segregation. Competitive society. “Flanelinhas”.

*Flanelinhas are people who have as main activity guarding or keeping an eye on cars parked in several streets in certain places in large urban cities, getting a tip as a reward, which sometimes is established by them.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
JUSTIFICATIVA	11
PROBLEMA DE PESQUISA	12
OBJETIVOS	12
REFERENCIAIS TEÓRICOS	13
METODOLOGIA	16
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	17
1 AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NA DINÂMICA CAPITALISTA MODERNA E CONTEMPORÂNEA: ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS	18
2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DAS DINÂMICAS CAPITALISTAS DE TRABALHO NO ESPÍRITO SANTO (GRANDE VITÓRIA).....	26
2.1 O ESPÍRITO SANTO: PERÍODO COLONIAL ATÉ A CRISE DO CAFÉ NOS ANOS 1960.....	26
2.2 CRISE DO CAFÉ, INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO	28
3 OS “FLANELINHAS” NO BRASIL E NA CIDADE DE VITÓRIA: DESCRIÇÕES E ANÁLISES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO.....	30
3.1 A SITUAÇÃO SOCIAL DOS “FLANELINHAS” NO BRASIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA	30
3.2 OS “FLANELINHAS” DA CIDADE DE VITÓRIA.....	35
3.2.1 O contexto social urbano de Vitória.....	35
3.2.2 O modal de transporte urbano: o automóvel	36
3.2.3 Caracterização dos personagens entrevistados	37
3.2.4 Aspectos socioeconômicos e culturais dos personagens	40
3.2.5 Precarização do trabalho e a relação com o Poder Público Municipal.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICES.....	56
APÊNDICE A – Relação dos personagens entrevistados	56
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista elaborado e utilizado	57

APRESENTAÇÃO

Este trabalho busca compreender as condicionantes que levam os “flanelinhas” na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, a desempenhar essa atividade. Segundo o Dicionário Aurélio (1995), “flanelinha” é “[...] expressão usada para designar o guardador informal, o indivíduo que vigia para os respectivos donos os automóveis estacionados nas ruas, recebendo, em troca, gorjetas do público”.

O ofício dos “flanelinhas” esteve amparado pela Lei Federal nº. 6242, de 23 de setembro de 1975, que definiu a atividade dos guardadores de veículos como trabalho autônomo, a depender do registro na Delegacia Regional do Trabalho competente, revogada, contudo, pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória (MP) nº 905 de 2019. Nesse ano, essa MP, que instituiu alterações na legislação trabalhista brasileira, por sua vez, foi revogada pela Medida Provisória nº 955.

Entendo que as ciências humanas têm como objetivo compreender os fatos que possam iluminar as questões da sociedade que nos abriga. Os fatos sociais não ocorrem por acaso, gratuitamente; eles têm razões históricas e socioeconômicas que merecem ser investigadas, objetivo deste trabalho. Pesquisei o contexto urbano e socioeconômico de Vitória para elucidar o assunto. Situações que serão *analisadas* com a intenção de buscar compreender o surgimento desses “personagens” entre os quais estão incluídos os ditos “flanelinhas”.¹

A partir dessa categoria, reflito sobre o universo dos excluídos no nosso país e na Grande Vitória, que é enorme, entretanto, devido às limitações deste trabalho, vou me ater somente ao personagem “flanelinha” no Centro de Vitória, especificamente no bairro Praia do Suá, para, de maneira indutiva, tentar entender alguns conflitos sociais presentes na nossa sociedade.

1 Jessé Souza (2009) utiliza o termo “ralé” estrutural, não para ofender essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social (SOUZA, 2009). Adalberto Cardoso (2019) usa o termo “subalterno” para identificar o “grupo ou clã, mas que sua vontade fosse a do mandarim local” (CARDOSO, 2019, p.38). Milton Santos (1993) relata que os condicionantes do espaço físico e urbano afetam fortemente o surgimento dos denominados “excluídos sociais”. Por entender ser mais adequado para identificar os flanelinhas, adoto neste trabalho a palavra “excluídos” utilizada por Milton Santos (1993).

Nesse sentido, considero o contexto urbano como relevante. Devo registrar que é na cidade que surge e se desenvolve a atividade dos “flanelinhas”. A análise acerca das entrevistas realizadas em minha pesquisa de campo revela que a cidade dos entrevistados, Vitória, é uma cidade dividida, ou seja, a cidade das favelas e periferias, onde a maioria reside, e a outra, urbanizada, onde eles exercem o trabalho de guardadores e lavadores de veículos. Na Grande Vitória predominam estas características: centro urbanizado, favelas e periferias.

O cenário urbano onde floresce os guardadores de veículos é caracterizado, também, pela dependência e predominância do transporte motorizado, tanto o coletivo quanto o particular. A prevalência do uso do automóvel particular sobrecarrega o sistema viário e aumenta a demanda por reduzidos estacionamentos em vias públicas, cenário adequado para a atuação dos guardadores de veículos.

Verifiquei que essa dependência do transporte rodoviário é relativamente recente, tendo sido agravada com a eliminação do transporte sobre trilhos (bondes) e o desenvolvimento da indústria automobilística na segunda metade do século XX. Um breve histórico sobre o desenvolvimento e a prevalência do modal rodoviário me permitiu, de forma complementar e ilustrativa, entender o contexto urbano estudado. A *Revista CETURB – GV – uma viagem no tempo*, de maio de 2001, que consta do Arquivo da Biblioteca Pública, contém um relato sobre o desenvolvimento do sistema de transportes na Grande Vitória desde o bondinho a burro, no fim do século XIX. Essa cidade urbanisticamente dividida e com a predominância do transporte rodoviário, onde atuam os “flanelinhas”, é que pretendo analisar no presente trabalho.

Por sua vez, o contexto histórico remete às questões sociais e merece destaque. A História é mestra. Pretendo, então, traçar um breve panorama histórico do nosso país para entender o contexto histórico e social que contribuiu para o surgimento dos excluídos (em especial, os “flanelinhas”), exigindo do pesquisador um conhecimento da História como “[...] uma ferramenta salutar para o sociólogo” (DIAS & SILVA, 2007, p. 187). Esses autores defendem que “[...] a História seria um instrumento utilizado pelo sociólogo para compreensão do seu objeto de pesquisa, não obstante se deva ter o cuidado para não transformar a pesquisa sociológica numa mera narrativa de fatos históricos” (p. 187).

Acrescento ainda que pesquisar sobre os “flanelinhas”, personagens desconhecidos e perdidos no meio de nossas cidades, lembra-me os ensinamentos da Nova História, notadamente a micro-história. Para Carlo Ginzburg (2006), o conceito de micro-história altera a percepção do pesquisador sobre o mundo, ensinando-o a não desdenhar de nada, nem de temas, nem do tipo de observação. Isso inclui, também, a história dos excluídos, como os “flanelinhas”.

José Pontes Schnyder (2011), historiador capixaba de Cachoeiro do Itapemirim, sinaliza na mesma direção ao dizer que o objetivo da História é por natureza o ser humano, portanto tudo aquilo que ele pratica, assim como aquilo que produz, informa, necessariamente, a seu respeito. O micro historiador sempre abre novas trilhas entre as “cousas” miúdas – um indivíduo, um episódio um lugar ou uma região – e os seus contextos mais amplos, competindo “[...] ao micro historiador encontrar as ramificações que põem o homem e sua aldeia em contato com o mundo” (SCHAYDER, 2011, p. 126).

Com base em Prado Junior (1978), o Brasil de hoje, Vitória também, acha-se intimamente entrelaçado com o seu passado e não pode ser entendido senão por meio da perspectiva que compreenda esse passado. O autor destaca o papel notável da historiografia na conceituação da realidade brasileira em nossa formação (PRADO JUNIOR, 1978). É nesse sentido que vejo o desafio de entender o mundo onde surgem “flanelinhas”. Reconheço ser relevante esta abordagem que considera a sintonia entre a História (em especial, a micro-história) e a Sociologia para compreender os personagens deste trabalho. Acato, com isso, o pensamento de Adorno (2008, p. 328), quando observa que “[...] o conhecimento histórico não é algo à margem da Sociologia, mas algo que nela é central”.

Mais particularmente, compreendo a questão da precarização do trabalho e seus impactos na situação social vivida pelos “flanelinhas” de Vitória, por meio dos estudos sobre a “Sociologia do Trabalho” (CASTEL, 2000; ANTUNES ;ALVES, 2004; ANTUNES, 2011; MATTOS, 2019; FERREIRA, 2012) que foram de fundamental importância para compreensão da sociedade. O “trabalho” é uma atividade vital pela qual o homem se humaniza, desenvolve sua sociabilidade e adquire autonomia. Entretanto, na economia competitiva, em que prevalecem as leis de mercado, “[...] o trabalho pode se tornar uma atividade alienada e degradante, posto que o trabalhador

é separado dos meios de produção e do resultado do seu trabalho, e por consequência, aliena-se como ser social” (FERREIRA, 2012, p. 9). A relevância desta discussão teórica para a atividade dos guardadores de veículos (os “flanelinhas”) será objeto de reflexão no desenvolvimento deste estudo.

JUSTIFICATIVA

A missão da academia não deve ficar restrita à formação de profissionais; deve também participar da vida da sociedade do seu entorno. Despertou minha atenção o fato de que, na maioria das vezes, quando ia para aulas na Universidade de Vila Velha (UVV), deparava-me com pessoas humildes arrastando veículos improvisados, repletos de materiais recicláveis, atrapalhando o tráfego, adolescentes fazendo piruetas nos semáforos apelando por uns trocados. Personagens sem rosto e sem voz, presentes no convívio diário da cidade e tão distantes dos ensinamentos ministrados no nosso curso de Sociologia Política. Essas pessoas compõem a classe dos “excluídos”, com destaque para os “flanelinhas”, objeto deste trabalho.

Nesse sentido, buscar entender esse personagem, presente nas nossas cidades, pareceu-me relevante, pois quem estuda Sociologia deve desenvolver, dentre outras, atenção especial para a realidade do nosso meio social. Souza (2009, p. 429) aponta que o primeiro passo é atentar para esse fato e buscar conhecer os conflitos existentes na nossa sociedade, ao dizer: “Pensar de modo diferente o mundo já é atuar de modo distinto nele. Não há saídas mágicas”. Para transformar é preciso compreender.

Faço minhas as palavras do antropólogo e professor Darcy Ribeiro (1995, p. 284-285) que iluminam esta minha pesquisa: “Que universidade nossa discute as causas do atraso em suas cátedras, como uma questão fundamental? Que universidade toma esses temas como causa? Todo saber acumulado nelas é fiel ao povo que as subsidia para formar e manter as cabeças mais brilhantes?”. Ribeiro ressalta esse ponto, dizendo: “Temo muito que nossos acadêmicos não tenham sido fiéis ao povo brasileiro. Temo até que a maioria de nós serviu mais a sua opressão que a sua libertação” (p. 284 - 285).

Eventualmente, tenho externado que alguns saberes ministrados no curso de mestrado em Sociologia Política estão muito distantes da realidade que nos cerca e das questões sociais do nosso país. Entendo que as discussões sobre a natureza das desigualdades sociais no Brasil devem ser as mais relevantes missões da Sociologia. A partir da pesquisa acerca de vários trabalhos sobre “flanelinhas” e assuntos correlatos, esta representa uma modesta contribuição sobre o tema, pois a Sociologia não é um campo de precisões.

PROBLEMA DE PESQUISA

O intuito é realizar uma abordagem sociológica sobre as condições socioeconômicas e as alternativas que levam os “flanelinhas” ao trabalho informal, entendendo que a rotina, os conflitos, as dificuldades, a legalidade (ou a sua dificuldade de aceitação pela sociedade) também são aspectos que estão presentes em seus universos na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo. Busquei compreender as condicionantes que levam os “flanelinhas” a desempenhar essa atividade. Nesses sentido, pretendo compreender os pressupostos fundamentais a partir de contribuições teóricas da Sociologia que sugerem hipóteses a serem investigadas, explicando a condição de “marginalidade” dos ditos “flanelinhas” a partir da precarização de suas relações de trabalho.

OBJETIVOS

Objetivo geral

Compreender a dinâmica de trabalho e a situação social vivida pelos “flanelinhas” de Vitória, no Espírito Santo, mais especificamente no bairro Praia do Suá e no Centro da Cidade, em sua realidade socioeconômica, observando as condicionantes que os levam a praticar essa atividade.

Objetivos específicos

- a) Caracterizar os personagens analisados por meio de entrevistas.
- b) Descrever sobre suas condições socioeconômicas de trabalho.
- c) Compreender os conflitos entre os “flanelinhas” e o Poder Público Municipal, que tem ingerência direta com a atividade desempenhada nas ruas.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Passo, então, aos referenciais teóricos utilizados. Pesquisas não fazem milagres. Os dados de campo não substituem um trabalho interpretativo posterior. Essa informação orientou-me na busca de autores que se dedicaram a trabalhos similares. Registro que as questões sociais são dinâmicas e os “flanelinhas” constituem-se em um fenômeno urbano relativamente recente. Busquei, assim, subsídios nos autores que desenvolveram uma abordagem da Sociologia brasileira (SOUZA, 2018; SANTOS, 1993; PRADO JUNIOR, 1978; FERNANDES, 1978) e também alguns autores consagrados da “metrópole”, como Bourdieu (1998, 2017) e Bauman (2009), assim como nos autores mais próximos do campo da “Sociologia do Trabalho” (CASTEL, 2000; ANTUNES; ALVES, 2004; ANTUNES, 2011, MATTOS, 2019; FERREIRA, 2012).

Dentre esses pesquisadores, Jessé Souza (2018) serviu como referência, porque suas pesquisas contêm valiosas informações sobre o presente tema e a sua atualidade. O conceito sobre a “prisão do contexto” de Bourdieu (1998), trabalhado na obra *A tolice da inteligência brasileira* (2018), norteou este trabalho. Também Jessé Souza, no livro *A ralé brasileira: quem é e como vive* (2009), apresenta um estudo no qual analisa e comenta resultados de levantamentos envolvendo depoimentos de vários personagens que ele denomina de “ralé brasileira”. Essa noção deverá servir de subsídio para o presente trabalho.

Milton Santos, na obra *A urbanização brasileira* (1993), relata que os condicionantes do espaço físico e urbano afetam fortemente o surgimento dos denominados “excluídos sociais”, como os “flanelinhas”, objetos desta dissertação. Para Milton Santos (1993, p. 95), “[...] com diferença de grau de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas”. Santos registra também que, “[...] ao longo do século, mas sobretudo nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo lócus passa a ser, cada vez mais a cidade, sobretudo a grande cidade” (p. 10).

Entendo, assim, como relevante a abordagem que considera a sintonia entre História e Sociologia para compreender os personagens deste trabalho. Por se tratar de um problema do nosso país, procurei, também, autores que se dedicaram a pensar a evolução histórica/social da nossa sociedade. Destaco o pensamento de Caio Prado

Junior, na obra *História e desenvolvimento* (1978), quando ressalta o notável papel reservado à historiografia da conceituação da realidade brasileira.

Também Florestan Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classes* (1978), traz informações relevantes relacionadas com o contexto histórico brasileiro, notadamente sobre a escravidão, o destino dos libertos e a construção da marginalidade social e da pobreza no Brasil. Na pesquisa de campo, verifiquei que a maioria dos guardadores (“flanelinhas”) são negros ou pardos. Tal correlação, entre o contexto histórico e a construção das desigualdades no Brasil, pode ser visualizada também a partir de César Benjamin et al., no livro *A opção brasileira* (1998), quando aponta informações relevantes sobre o acesso à terra (por exemplo, a Lei de Terras de 1850), a questão fundiária e agrária, o êxodo rural e sua implicação, que resultaram na precarização do trabalho e no surgimento dos excluídos (BENJAMIN et al., 1998).

No que diz respeito às abordagens sociológicas macroteóricas, ressalto Pierre Bourdieu (1998), que registra o conceito de *habitus* e de “capital cultural”, que se aproximam do caso dos personagens pesquisados. O *habitus* seria explicado pelas condições sociais, especialmente aquelas relativas às experiências que os indivíduos vivenciam no conjunto de estruturas sociais e que irão influenciar as suas trajetórias. O *habitus* seria, portanto, um esquema estrutural (econômico, social e cultural) que produz as práticas individuais e coletivas. O *habitus* é o passado tornado presente (SOUZA, 2018).

Para Bourdieu (1998), outros poderes devem ser considerados nos diferentes campos, além do “capital econômico”, quais sejam, o “capital cultural”, o “capital social” e o “capital simbólico”, que podem ser exemplificados pelos aspectos do prestígio ou da reputação social. Cada campo tem sua lógica própria e a sua hierarquia, embora o campo econômico tenda a impor a sua estrutura aos outros campos. Para além do capital econômico, uma das maiores descobertas para a Sociologia, a partir de Bourdieu (1998), foi a relevância, tão central quanto a do capital econômico, do “capital cultural” (BOURDIEU, 1998).

Além do econômico, que compreende a riqueza material, Bourdieu (1998) afirma que o “capital cultural” significa o conhecimento e as habilidades produzidas e reproduzidas pela família e pela escola. Considero como de fundamental relevância

para o presente trabalho o conceito de “capital cultural”, por ser uma das principais carências dos excluídos (os “flanelinhas”) no enfrentamento “desarmado” da guerra no mundo do trabalho numa sociedade competitiva. Também em *A distinção: crítica social do julgamento* (2017), Bourdieu (2017, p. 27) deixa claro que o “capital cultural” “[...] é o produto garantido dos efeitos acumulados da transmissão cultural assegurada pela família e da transmissão cultural assegurada pela escola (cuja eficácia depende da importância do capital cultural herdado da família)”.

Segundo Zygmunt Bauman(2009, p. 5), na obra *Confiança e medo na cidade*, “[...] quando a solidariedade é substituída pela competição, os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos, entregues a seus próprios recursos – escassos e claramente inadequados”. O autor reforça essa ideia ao dizer que hoje a exclusão social, a qual inclui a dimensão do trabalho, produz uma imagem de um indivíduo “supérfluo”, “inútil”, “inábil para o trabalho”, “economicamente inativo” (2009). Ser excluído do trabalho significa não ser considerado pelo desenvolvimento econômico. Nesse sentido, pergunto: quais são as “armas” que os excluídos (“flanelinhas”) não têm? Está implícita aí também a questão da precarização do trabalho?

A precarização do trabalho é um dos temas que afeta fortemente o contexto dos guardadores de veículos, os “flanelinhas”. Para subsidiar uma abordagem sintética sobre o assunto, consultei algumas obras sobre a “Sociologia do Trabalho” como Robert Castel (2000), em *As transformações da questão social*, que indica que a precarização do trabalho alimenta o desemprego, levando as pessoas a uma condição de vulnerabilidade ao afetar, principalmente, os trabalhadores poucos qualificados (como os “flanelinhas”) em países como o Brasil.

Essa perspectiva também é desenvolvida por José Wesley Ferreira (2012) em *Sociologia do trabalho*, que aborda sobre a importância do trabalho para a compreensão da sociedade, observando-o como atividade por meio da qual o homem se autodetermina e se transforma em um ser social, distinguindo-se, assim, dos demais seres vivos. Esse autor analisa como o modelo “taylorista/fordista”, que predominou até a década de 1970, e os demais modelos atuantes até nossos dias, refletem a fragmentação da classe trabalhadora e o desemprego estrutural (FERREIRA, 2012).

Em relação ao caso brasileiro, Adalberto Cardoso (1996), em *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*, promove uma investigação acerca das desigualdades advindas da dinâmica do trabalho com informações consistentes e adequadas à presente discussão. Esta análise pode ser percebida, também, aproximada em relação ao caso brasileiro, em Oliveira e Araújo (2014), que se propõe um estudo da condição social dos “flanelinhas”, assim como em Marcelo Badaró Mattos (2019), em *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*, que enfatiza o diagnóstico atual que permeia as problemáticas vividas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores brasileiros.

METODOLOGIA

Utilizei, na efetivação desta pesquisa, os seguintes recursos metodológicos: pesquisa de campo, entrevistas e revisão bibliográfica:

a) Pesquisa de campo: após pesquisa exploratória para conhecer artigos científicos sobre o tema, defini um roteiro com o objetivo de coletar, no campo, informações sobre os guardadores de veículos. Limitei a coleta de dados ao Centro e Praia do Suá no município de Vitória e busquei mais a qualidade do que quantidade uma vez que “[...] tomar a primeira declaração do entrevistado sobre si mesmo como verdade final é sempre ingênuo e conservador” (SOUZA, 2009, p. 434). Há que se considerar a condição social e emocional do personagem. Portanto, uma boa pesquisa empírica não deve ser separada de uma compreensão crítica sobre o mundo social, especialmente para o tema em questão.

b) Realização de entrevistas: as entrevistas foram realizadas na rua onde atuam os “flanelinhas”, entre os dias 3 e 11 de dezembro de 2018, no centro da cidade (Praça da Catedral e Parque Moscoso) e no bairro Praia do Suá, e anotadas no diário de campo. Entrevistei oito flanelinhas (com utilização de roteiro previamente elaborado) e quatro se recusaram a conceder entrevista. A seguir, relaciono os personagens entrevistados: 1) Marcelo, 43 anos; 2) Beto (Codinome), 38 anos, na Praça da Catedral; 3) Ayslan, 26 anos; 4) Lourival, 53 anos; 5) Orlando, 66 anos, no Parque Moscoso; 6) Cristiam, 59 anos; 7) Italiano (codinome), 59 anos; 8) Hércio, 64 anos. Informações sobre a caracterização desses personagens constam no item 3. 2. 3,

assim como a relação dos personagens entrevistados se encontra no Apêndice A. O roteiro de entrevista elaborado e utilizado está registrado no Apêndice B.

c) Revisão bibliográfica: além das entrevistas, a metodologia adotada inclui a seleção de uma bibliografia de autores que se dedicaram a temas semelhantes, assim como uma rigorosa análise crítica cuja importância se apresentou como fundamental.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No *primeiro capítulo*, busco realizar um breve resgate histórico sobre o trabalho e sua evolução no mundo até nosso tempo e sua dinâmica na economia capitalista, as dinâmicas do trabalho na sociedade competitiva de mercado no espaço urbano, a precarização do trabalho, observando como essas condicionantes afetam o universo social dos “flanelinhas”.

No *segundo capítulo*, procuro entender os aspectos históricos que contribuíram para a produção do espaço urbano a partir das dinâmicas capitalistas de trabalho no Brasil e no Espírito Santo, sempre na intenção de entender o objeto deste trabalho, os “flanelinhas”. Incluí um recorte que destaca o cenário da Grande Vitória, fortemente influenciado pela erradicação dos cafezais improdutivos que estimularam o êxodo rural no estado e a implantação dos denominados Grandes Projetos nos anos 1970 (Arcelor Mitral, Porto de Tubarão e Samarco).

No *terceiro capítulo*, focalizo a situação social dos “flanelinhas” no Brasil e em Vitória. Registro uma revisão da literatura a partir de pesquisas e de trabalhos acadêmicos consultados em diferentes regiões do país sobre o tema. Também incluo uma descrição do espaço urbano onde eles atuam, a caracterização dos personagens entrevistados, considerando aspectos socioeconômicos e culturais. Ao finalizar, proponho uma reflexão sobre a precarização do trabalho dos “flanelinhas” e a relação deles com o Poder Público Municipal. Optei por utilizar uma linguagem descontraída, fugindo, dentro do possível, do hermetismo acadêmico presente nas abordagens das Ciências Humanas.

1 AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NA DINÂMICA CAPITALISTA MODERNA E CONTEMPORÂNEA: ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS

*Trabalho é o que permite fazer de um ovo uma omelete,
de um tecido uma fantasia, de um barulho uma música.
(Henfil).*

Cabe aqui um breve relato sobre o trabalho e a sua evolução no mundo no qual vivemos. A sociedade grega, onde vivia Aristóteles, era escravagista, desvalorizava o trabalho, considerando-o como atividade inferior, se comparado com a ação livre do cidadão, isto é, dos proprietários. Liberdade, diziam gregos e romanos, é não precisar ocupar-se com as atividades de sobrevivência, mas dispor de ócio para pensar e cuidar das coisas públicas. O desprezo pelo trabalho aparece, inclusive, na etimologia da palavra. De origem latina trabalho deriva de “[...] *tripalium*, um instrumento de tortura feito por três estacas que servia para torturar escravos” (SANTOS, 2012, p. 21).

Nos séculos XVIII e XIX, ocorrem significativas alterações nas relações de trabalho, com a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado e com o advento do uso das máquinas, o tear mecânico e as máquinas a vapor. Aprendi nas aulas de Antropologia Filosófica, no curso de Filosofia, que, para Marx (1985), o ser humano é intrinsecamente valioso e se realiza por meio do trabalho na busca de sua sobrevivência. Ferreira (2012) argumenta na mesma direção, ao dizer que, na perspectiva marxiana, o trabalho se constitui como categoria ontológica do ser social. Com isso, Marx não vê no trabalho uma expressão qualquer da vida. Para o autor:

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1985, p. 149).

Na economia de mercado competitivo, os trabalhadores produzem todos os objetos existentes no mercado, todas as mercadorias. Após havê-las produzido, entregam-nas aos proprietários dos meios de produção mediante um salário. Quando vão ao mercado, não conseguem comprar essas mercadorias. Alienaram-se, assim, dos objetos do seu próprio trabalho e não se reconhecem como produtores da riqueza e das coisas. István Mészáros (2006), filósofo húngaro, considera que a introdução da categoria “trabalho alienado” na obra de Marx foi fundamental para a perspectiva marxiana alcançar a unidade entre a teoria e a prática.

Sintetizando os “[...] manuscritos econômicos-filosóficos”, Mészáros (2006, p. 200) observa que o completo conceito-chave da “alienação” tem, na obra de Marx, quatro aspectos principais: “[...] a) o homem está alienado da natureza; b) está alienado de si mesmo (de sua própria atividade); c) de seu ‘ser genérico’ (de seu ser como membro da espécie humana); d) o homem está alienado do homem (dos outros homens)”. Marcelo Mattos (2019, p. 49) sinaliza na mesma direção quando diz: “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria”.

Também nesse sentido, Antunes e Alves (2004) analisam que a “alienação” (ou “estranhamento”)² se acentua nos estratos precarizados da força de trabalho (como os “flanelinhas”), aqueles que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e de vulnerabilidade social, dadas pelo trabalho temporário e precarizado, o que conduz a problemática da perda gradual da dimensão de humanidade.

Ferreira (2012) também desenvolve uma abordagem semelhante ao afirmar que o trabalho é uma atividade crucial. É pelo trabalho que o ser humano se revitaliza, desenvolvendo a seu aspecto de sociabilidade autônoma, ao produzir, por meio da

²O conceito de “alienação” não é um conceito anacrônico e sim algo marcante, presente na atualidade de nosso país, fazendo parte do dia a dia de nossa sociedade. Esse conceito se aplica ao cenário que estamos abordando e representa um desafio a ser superado para evitar que o peão de obra que faz o edifício de luxo more na favela, que o operário da fábrica de tecidos ande esfarrapado, que o empregado da fábrica de alimentos passe fome e que o “flanelinha”, desempregado, vá para rua buscar sua sobrevivência. Essa alienação (ou estranhamento), pois o trabalhador é separado dos meios de produção e do resultado do seu trabalho, e por consequência, aliena-se como ser social (FERREIRA, 2012, p. 9) afeta, também, o lavrador que não tem acesso a um pedaço de terra para plantar. São os que a gíria local denomina de “boia-fria”, os diaristas do meio rural que são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver (MELLO, 1976, p.130). A alienação no meio rural foi, inclusive, cantada nos versos do cancionário popular: “Pelos campos há fome em grandes plantações”.

natureza, objetos que possuem utilidade social. No capitalismo, entretanto, o trabalho pode se tornar uma atividade alienada e degradante, uma vez que o trabalhador é dissociado dos meios de produção, assim como do planejamento e do resultado de seu trabalho e, conseqüentemente, aliena-se como “ser social”, distanciando-se, com isso, dos demais trabalhadores com os quais estabelece as relações de trabalho (FERREIRA, 2012).

Entendo que o sistema capitalista é vigoroso, detém uma capacidade robusta de se reciclar e forte poder de persuasão. Assim, os fenômenos acima mencionados foram acentuados a partir do início do século XX, desenvolvendo novas formas de ser na relação capital-trabalho com a introdução dos modos de produção “fordismo/taylorismo” e “toyotismo”. Sobre isso, Sorj (2000, p. 27) aponta que “A produção no estilo fordista, isto é, a produção em massa de produtos padronizados que se dissemina principalmente nos Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial, passou a ser vista como a quintessência do desenvolvimento industrial”.

Segundo Santos (2012), no início do século XX, o engenheiro norte-americano Frederick W. Taylor (que publicou *Os princípios da administração científica*) propôs um arranjo com maior divisão do trabalho, o “taylorismo”. Um modelo de gestão do trabalho com base na especialização das tarefas e no controle de tempos e movimentos empregados na realização dos trabalhos: “Preocupa-se com o controle e a disciplina dos trabalhadores com o objetivo de eliminar sua autonomia e com maior controle sobre o tempo gasto (com cronômetro) durante a produção a fim de garantir a elevação da produtividade no trabalho” (SANTOS, 2012, p. 35).

O “fordismo” (um sistema de gestão e produção do trabalho proposto por Henri Ford) apresentou, historicamente, similaridades com o “taylorismo”, como a fragmentação e simplificação da execução do trabalho, o que exige pouca capacitação por parte dos trabalhadores. Desse modo, os indivíduos são considerados como “não qualificados”, uma vez que suas habilidades passam a ser desempenhadas pela máquina. No modelo taylorista, o ritmo do trabalho passou a ser imposto pelo relógio, enquanto no “fordismo” era pela velocidade da produção (FERREIRA, 2012).

Ferreira (2012) nos informa que o modelo taylorista/fordista predominou até os anos 1970 do século XX ocorrendo, então, várias transformações no processo de

produção e no modo como os trabalhadores realizavam seu trabalho. Uma mudança que ganhou destaque foi o expressivo aumento tecnológico, paralelamente à configuração da gestão flexível, que teve como referência o toyotismo.

O Toyotismo expressa a forma particular de expansão do capitalismo monopolista do Japão no Pós-45, cujos traços principais são: Produção Flexível, existência de grupos ou equipes de trabalho utilizando-se crescentemente de microeletrônica e da produção informatizada. A produção é bastante heterogênea, os estoques são reduzidos e há forte processo de terceirização do trabalho (ANTUNES, 1999, p. 19).

A partir da crise capitalista iniciada nos anos 1970, as soluções buscadas pelo capital levaram a mudanças significativas na distribuição dos investimentos e da força de trabalho pelo mundo, assim como ao surgimento de novas formas e setores de produção, de incremento tecnológico, de microeletrônica e de novos modos de automação e robótica. Verifico, então, que as novas opções de trabalho desenvolvidas durante o século XX tiveram como objetivo o aumento da produção de mercadorias. Nesse contexto, o trabalhador continuava ainda mais a desempenhar uma atividade alienada, sendo um simples acessório das máquinas.

A partir desse contexto, Mattos (2019, p. 96) me permite discutir acerca do “[...] fim da centralidade do trabalho decorrente das transformações na organização da produção e das mudanças que afetam as classes e no seu uso como categoria de análise ou na experiência de vida da maioria da população”. Esse diagnóstico também foi ilustrado, segundo Mattos (2019), por Claus Offe (1989), que, ainda nos anos de 1980, teorizou sobre o fim da “sociedade do trabalho”, ao afirmar:

As formas contemporâneas da atividade social normalmente designadas como trabalho não têm uma racionalidade comum nem características empíricas compartilhadas, e [...] nesse sentido o trabalho não é apenas objetivamente amorfo, mas também está se tornando subjetivamente periférico (OFFE, 1989, p.194).

Mattos (2019) registra também que outros autores chegaram a conclusões semelhantes, como o francês André Gorz (1987, p. 25-26), ao entender:

O desenvolvimento do capitalismo produziu uma classe operária que, em sua maior parte, não é capaz de se tornar dona da produção [...]. O capitalismo deu nascimento a uma classe operária cujos interesses, capacidades e

qualificações estão na dependência de forças produtivas elas mesmo funcionais apenas com relação à racionalidade capitalista.

Segundo a visão de Gorz (1987), conforme Mattos (2019), a classe trabalhadora não exerceria uma função radicalmente oposta ao modo de produção do capital uma vez que se encontraria, desde o início, articulada ao desdobramento histórico do capitalismo, apresentando-se, pois, como ligada à reprodução do capitalismo. No fim dos anos 1990, o acentuado desenvolvimento tecnológico levaria à superação do “trabalho vivo” pelo “trabalho morto” (máquinas, tecnologias etc.) e, em consequência, à afirmação de que a classe trabalhadora é (foi e sempre será) funcional ao capitalismo não possuindo potencial revolucionário, o que poderia resultar na “[...] morte iminente da sociedade do trabalho, a partir da constatação das transformações tecnológicas em curso” (MATTOS, 2019, p. 98).

Desse modo, registro que a crítica às teses do “fim do trabalho” (ou sobre a caducidade da afirmação do proletariado como sujeito revolucionário) tem sido objeto de farto debate no campo da teoria social (com destaque no Brasil, para a obra *Os sentidos do trabalho* (1999), do sociólogo Ricardo Antunes), insistindo na defesa da permanência da centralidade do trabalho entranhado numa sociedade para além do capital. Antunes (1999) aponta que, enquanto prevalecer o sociometabolismo do capital (a extração do mais-valor no processo da produção capitalista), a exploração do trabalho, envolvida pelo fetichismo da mercadoria, continuará essencial para o sistema.

Sobre essas mudanças no mundo do trabalho, durante o século XX, recorro ainda a Antunes e Alves (2004), ao apontarem que a classe trabalhadora, apesar de não ser mais a mesma de meados do século XIX, não perdeu o sentido de classe no âmbito do capitalismo. A classe trabalhadora, atualmente, segundo esses autores, representa os assalariados que vivem da venda de sua força de trabalho, despossuídos dos meios de produção, experimentando, assim, um múltiplo processo de exploração, cujas principais tendências são:

a) diminuição da classe proletária (de tipo industrial, fabril, manual, estável e especializado), surgida dos modelos produtivos, taylorista e fordista, o que contribuiu para a reestruturação do capital, ao reduzir a quantidade de empregos formais;

b) aumento do trabalho precarizado (como os “terceirizados”, subcontratados, *part-time etc.*) em escala global (sobretudo em países como Argentina e o Brasil, dentre outros da América Latina), acarretando, assim, enormes níveis de desemprego;

c) aumento significativo do trabalho feminino com remuneração inferior àquela recebida pelos trabalhadores do gênero masculino e desigualdade em relação ao acesso aos direitos sociais e de trabalho entre homens e mulheres. Isso também se verifica na realidade de trabalho entre imigrantes, negros(as), indígenas etc.

Nas últimas décadas do século XX, segundo Antunes e Alves (2004), foi acentuado o número de trabalhadores assalariados médios no setor de serviços ao incorporar parcelas significativas de indivíduos que foram expulsos das indústrias, principalmente nas economias capitalistas dos países centrais. Contudo, vale ressaltar que essas mutações organizacionais e tecnológicas afetaram, principalmente, o setor de serviços, que passou a seguir a racionalidade do capital e a lógica dos grandes mercados. Antunes e Alves (2004) citam, como exemplo, a enorme redução do quantitativo de trabalhadores bancários no Brasil e dos serviços públicos, devido ao processo intenso de privatizações ocorrido nas últimas décadas.

Outras tendências contemporâneas no “mundo do trabalho” e que foram apontadas pelos autores supracitados são a exclusão dos jovens do mercado de trabalho formal, dada a vigência do desemprego estrutural bem como a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo sistema. Os autores também citam a crescente expansão do “terceiro setor” (de perfil mais comunitário, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos) que se desenvolve “à margem” do mercado e a expansão do trabalho em domicílio por meio da teleinformática (*home office*) (ANTUNES; ALVES, 2004).

No contexto de “mundialização” do sistema do capital, conforme narrado por Antunes e Alves (2004), as relações de trabalho se apresentam cada vez mais transnacionais, o que significa um desafio para a configuração da classe trabalhadora (composta, de maneira heterogênea, por homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos” etc.). A classe trabalhadora, como “classe-que-vive-do-trabalho”, para Antunes e Alves (2004), mostra-se ainda precarizada em virtude das várias

estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital.

Dessa maneira, Antunes (2011) nega a afirmação do “fim do trabalho”, analisando que as transformações, nos países capitalistas, caminham para um acirrado processo de precarização da classe trabalhadora, visto o avanço da informalidade do trabalho nas distintas formas de trabalho (parcial, subcontratado, precarizado). Assim, segundo Antunes (2011), o capital busca incessantemente o aumento da produtividade, ampliando mecanismos de extração do “sobretabalho”, em tempo cada vez menor, por meio da ampliação do trabalho materializado nos sistemas informacionais e operacionais. Em outras palavras, “[...] labor mais qualificado para um contingente cada vez mais reduzido e um labor cada vez mais instável e precarizados para um universo cada vez mais ampliado de trabalhadores e trabalhadoras”(ANTUNES, 2011, p. 417). Nesse sentido, a flexibilização e a informalização do trabalho são estratégias utilizadas para ampliar a precarização do trabalho em escala global.

O autor aponta que o interesse do capitalismo é constituir um trabalho flexível, multifuncional, sem direito, sem nenhuma normatização. Devo ainda citar Antunes (2011, p. 6), a partir de um pensamento que ajuda a iluminar o universo que afeta o surgimento dos “flanelinhas”, objeto deste trabalho, ao enfatizar: “[...] quando o trabalho vivo (trabalhadores de fato) é eliminado, o trabalhador se precariza, vira camelô, faz bicos etc.”.

Entendo que os conflitos entre “trabalho” e “capital”, desde o Movimento Ludista, ocorrido no início do século XIX, atravessaram o século XX e hoje, no limiar do século XXI, adquiriram novas formas na vigência da Economia 4.0, caracterizada pela robotização e automatização, levando à extinção de muitas profissões, exclusão de mão de obra humana, gerando, assim, um processo de desemprego estrutural e de precarização do trabalho como marcas da atualidade.

Braga (2018) afirma que, com os avanços da robótica, da microeletrônica e da logística, assistimos a situações nas quais a presença do trabalhador, nas linhas de produção, decairia como resultante das alterações tecnológicas recentes. Contudo, o autor ressalta que a indústria só tende a investir em novas tecnologias quando o custo

do trabalho humano poupado garante o retorno do investimento. Afinal, essa é a lógica da economia de mercado competitivo.

Esse autor alerta que a discussão sobre a relação entre a Economia 4.0 e o desemprego deveria estar pautada pela redução da jornada de trabalho para toda a sociedade. Com base em Braga (2018), não há necessidade de se continuar trabalhando 44 horas por semana. Se houvesse melhor distribuição da carga horária, mais pessoas teriam acesso ao emprego. Deveríamos, portanto, discutir também o bem-estar das pessoas.

Concordo plenamente com a visão de Braga (2018) e acrescento que seria desejável que os avanços da ciência e da tecnologia, utilizados pela Economia 4.0, fossem socializados e não somente apropriados pelas grandes corporações industriais e financeiras. No Brasil, a demanda pela redução da carga horária, para que mais trabalhadores tivessem acesso ao emprego formal, é antiga, mas, neste momento, está muito distante, tendo em vista a desregulamentação das questões trabalhistas e a fragilidade dos sindicatos de trabalhadores. Vale dizer que a perda do protagonismo sindical é um dos subprodutos da Economia 4.0 e do desemprego estrutural.

Entendo esse cenário de precarização do trabalho também a partir de Castel (2000), para quem tal fenômeno alimenta o desemprego, fazendo com que essa situação se torne cada vez mais frágil, pois força as pessoas a se encontrarem numa situação de vulnerabilidade, condição essa que afeta países como o Brasil. Esse processo de precarização do trabalho atinge de múltiplas maneiras as diferentes classes sociais, principalmente, os trabalhadores poucos qualificados, como os “flanelinhas”.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DAS DINÂMICAS CAPITALISTAS DE TRABALHO NO ESPÍRITO SANTO (GRANDE VITÓRIA)

2.1 O ESPÍRITO SANTO: DO PERÍODO COLONIAL ATÉ A CRISE DO CAFÉ NOS ANOS 1960

O Espírito Santo é conhecido, entre os estudiosos do período colonial, como a região da “barreira verde”, isto é, aquela em que o governo português restringiu o povoamento no início do século XVII para dificultar o contrabando de ouro e pedras preciosas das Minas Gerais, o que resultou num desenvolvimento predominante no litoral e não interiorizado.

Para o historiador Miguel Tallon (1999), outra medida da metrópole que contribuiu para seu esvaziamento relativo foi a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, em 1759. Esses missionários constituíram aldeias em Reritiba (Anchieta), Guarapari (Guarapari), Serra, Reis Magos (Nova Almeida), além de fazendas em Itaoca e Muribeca. Cada uma delas um embrião das cidades futuras. A preocupação com o baixo povoamento foi percebida como um grande problema a ser enfrentado e a colonização por meio da imigração seria a solução indicada.

Com chegada dos imigrantes, principalmente italianos, alemães e açorianos, inicia-se efetivamente um processo de ocupação sustentado por uma cultura - a do café – produzida dentro de uma estrutura específica, a pequena propriedade rural familiar, o que possibilitou à região capixaba romper com seu relativo isolamento territorial, demográfico e econômico, integrando-se, ainda que fragilmente aos circuitos mercantis da economia brasileira(MACEDO; MAGALHÃES, 2011, p. 68).

De acordo com o professor Orlando Caliman, no ensaio *Formação econômica do Espírito Santo* (2012, p. 41), o “[...] Espírito Santo começa a mostrar sua cara para o Brasil e para o mundo através da cultura do café. Um dos argumentos que justifica

sua afirmativa é que aqui se desenvolveu um modo próprio de produção do café: “Diferentemente de São Paulo, a imigração italiana no Espírito Santo foi incentivada e motivada por outros fatores, dentre os quais se destaca a de colonizar o território capixaba e não o de substituir a mão-de-obra escrava”. O objetivo estratégico era ocupar as imensas áreas vazias. Caliman (2012) informa que esse ciclo do café perdurou até a opção pela indústria, nas décadas de 1950 e 1960.

Para Rossana Mattos (2013), na obra *Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória* (2013), a crise na cafeicultura não foi decorrente apenas do excesso de produção, mas também da concorrência externa. Os cafés africanos e colombianos estavam competindo no mercado externo com uma produção relevante e de boa qualidade. Nesse cenário, o Governo Federal criou, no início dos anos 1960, o Grupo Executivo de Recuperação da Cafeicultura (Gerca) que “[...]elaborou três diretrizes básicas: a) promoção da erradicação dos cafezais antieconômicos; b) diversificação das áreas erradicadas; c) renovação de parcela dos cafezais” (MATTOS, 2013, p. 97).

No Espírito Santo, entre as três medidas adotadas, a primeira foi a mais bem-sucedida, tendo modificado não só os efeitos da crise como a própria estrutura produtiva da economia capixaba. Entretanto, “[...] o que prevaleceu no Espírito Santo foi a substituição do café pela pecuária devido ao baixo custo representado pela pastagem/pecuária, visto que essa atividade absorve pouca força de trabalho” (ROCHA; MORANDI, 1991, *apud* MATTOS, 2013 p. 99). A autora também narra: “A mão-de-obra liberada pela erradicação do café, culminou com um saldo de 60.394 desempregados, composto prioritariamente por pequenos agricultores sem qualificação” (MATTOS, 2013, p.100).

Assim o desemprego e o êxodo da população rural para áreas urbanas foram as consequências mais graves da crise social gerada pela política de erradicação no estado. A autora informa, citando os dados do IBGE (2000), que a população rural, que era de 79,07% em 1940, diminuiu para 20,48% no ano 2000; enquanto a população urbana, no mesmo período, aumentou de 20,93% para 79,52%. “Este movimento migratório campo-cidade decorrente do declínio da economia cafeeira aliado às políticas de incentivo à industrialização, teve como consequência um inchaço populacional na Grande Vitória” (MATTOS, 2013, p.102).

Dessa forma, o desenvolvimento da Grande Vitória e, em especial, de Vitória, objeto deste trabalho, foi fortemente influenciado pela crise do café (erradicação), pelo êxodo rural e pela implantação dos denominados “Grandes Projetos”, sobre os quais desenvolverei um uma breve análise a seguir.

2. 2. CRISE DO CAFÉ, INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Continuo citando Mattos (2013) por entender que há uma certa similaridade com o presente trabalho. Para a autora, a aceleração expressiva no processo de urbanização da Grande Vitória foi resultado não somente do declínio do setor cafeeiro, mas também das mudanças profundas na economia que começaram a ocorrer na segunda metade da década de 70, principalmente em razão da adoção de políticas de incentivos à industrialização. Mattos (2013, p.103) pontua: “A região urbana não possuía infraestrutura básica que suportasse tamanho fluxo migratório”.

Ainda de acordo com a autora, na Grande Vitória, o processo de urbanização acelerado, resultado do movimento migratório, acirrou a condição de desigualdade social, uma vez que a economia urbana não apresentava maiores condições de absorver a força de trabalho trazida do campo. Com o projeto de industrialização, não se criou nenhuma política capaz de absorver o grande contingente de mão de obra de baixa qualificação, atraído pela construção dos Grandes Projetos Industriais. Esses trabalhadores, com a construção desses projetos, foram colocados para fora do mercado de trabalho formal. A partir desse contexto, surgem, na Grande Vitória, inúmeros bairros periféricos, nas favelas e nos mangues, que serviram de alojamento para a classe de trabalhadores agora desempregada. Houve, com isso, um maior empobrecimento na região da Grande Vitória (MATTOS, 2013).

Especificamente na cidade de Vitória, objeto deste trabalho, ainda com base em Mattos (2013, 2013, p.110), vale destacar o processo de segregação, uma vez que “[...] o desenvolvimento econômico não foi acompanhado de desenvolvimento social”. Assim, convivem, no mesmo espaço urbano, uma parte que representa a “ilha da riqueza” e outra que representa o “lugar de toda a pobreza”. *Lugar de toda a pobreza* é o título de um documentário de Amilton de Almeida (1983),³ de grande

³ Disponível em <http://www.youtube.com>. Acesso em: 17 jul. 2020.

impacto, que narra a vida de uma comunidade de catadores de lixo no bairro São Pedro e mostra como a população retira do lixo sua sobrevivência.

O bairro São Pedro surgiu no final da década de 70, época do crescimento desordenado de Vitória e de expansão da população favelada que ocupou uma área do lixão da cidade e invadiu parte de área de manguezais. A grande maioria de seus moradores foi constituída por migrantes em busca de oportunidade de emprego. Começaram a chegar a Vitória atraídos pelos Grandes Projetos Industriais que estavam sendo implantados na cidade. A partir da década de 1990, houve, no bairro, investimentos em urbanização, recuperação e preservação ambiental, mas São Pedro permanece como espaço altamente excludente (recorte que inclui também os morros de Vitória), com alto índice de pobreza e violência.

A transição econômica do Espírito Santo (passando de agroexportador do ciclo do café para a fase industrial de grande porte voltada à siderurgia), correspondeu a um processo iniciado em meados da década de 1950 e concluído nos anos de 1980, quando os Grandes Projetos, referentes à Companhia Siderúrgica de Tubarão (atual Arcelor Mittal), Aracruz Celulose (atual Fibria) e a Samarco Mineradora, entraram em funcionamento. Sobre isso, Siquera (2001, p. 5) indica: “[...] essa mudança foi comandada pelo grande capital, composto, em sua maioria, de grandes grupos estatais privados, tanto nacionais como estrangeiros”.

De acordo com Mattos (2013), essa transição, a partir da década de 1980, aumentou a desigualdade e aprofundou o processo de concentração da riqueza no núcleo da Região Metropolitana da Grande Vitória. O número de trabalhadores em situação de vulnerabilidade, concentrado de forma intensa na periferia, e a elevada concentração de alta renda no município de Vitória e no litoral no município de Vila Velha (como na região da Praia da Costa), aprofundam o abismo social entre o centro e a periferia.

Acrescento que o processo de desenvolvimento industrial implantado na Grande Vitória, no final do século XX, sob análise acerca das dinâmicas capitalistas de trabalho, não teve como objetivo melhorias das condições sociais, já que a maioria dos trabalhadores serviu apenas como simples acessório. Este breve relato teve como objetivo revelar o cenário, ou o contexto, onde surgiram os “flanelinhas” em Vitória.

3 OS “FLANELINHAS” NO BRASIL E NA CIDADE DE VITÓRIA: DESCRIÇÕES E ANÁLISES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO

3.1 A SITUAÇÃO SOCIAL DOS “FLANELINHAS” NO BRASIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Inicialmente, analisei vários artigos científicos publicados sobre os “flanelinhas” no Brasil com a finalidade de obter uma visão geral sobre o tema e sobre como a comunidade acadêmica do país buscou entender o surgimento deles. Estudos sobre essa questão foram registrados por pesquisadores e acadêmicos de algumas regiões do país, com destaque para as regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

No conjunto dessas referências, cito Paula (2013) que analisa a distinção entre a atuação na economia informal e aquela exercida à margem da lei, portanto ilegal. Para o autor, à margem da lei está a atuação dos cambistas e dos guardadores de veículos, chamados de “flanelinhas”. Ao se aproximar dos palcos de entretenimentos, as pessoas se deparam com a presença e impertinência dos “famigerados” (expressão do autor) cambistas e “flanelinhas”, os quais se dizem donos das vias públicas, oferecem seus serviços e solicitam pagamentos exorbitantes (PAULA, 2013).

Partindo da descrição do cenário onde atuam os “flanelinhas” na cidade de São Paulo, Paula (2013) aborda o aspecto legal da questão, citando as atribuições previstas na Constituição Federal, nos estados e na cidade de São Paulo. O autor registra que a profissão de “guardador e lavador autônomo de veículos automotores” foi criada pela Lei Federal nº 6.242, de 23 de setembro de 1975, e regulamentada pelo Decreto nº 79.797, de 8 de junho de 1977, durante o governo do presidente Geisel, que impôs aos interessados a obrigação de se registrarem nas Delegacias Regionais do Trabalho.

Paula (2013) relata, então, uma operação com a finalidade de coibir a sanha desenfreada de “flanelinhas, famigerados” que resultou na prisão em flagrante de 797 deles, ilegais. Alguns foram presos em flagrante seis vezes. Essa operação foi motivo

de vários elogios feitos pela grande mídia e por civis que ocorriam aos locais de eventos com seus veículos.

Prosseguindo, Paula (2013) considera que o trabalho desenvolvido pela Polícia Civil do Estado de São Paulo mostrou à opinião pública que o exercício da atividade de “flanelinha” constitui uma profissão regulamentada para a qual se exige o registro na Superintendência Regional do Trabalho, portanto seu exercício ilegal, fato típico e antijurídico, obriga o Estado a intervir na defesa do direito à liberdade, à segurança, ao bem-estar, à propriedade privada e à salvaguarda da ordem pública, atributos próprios do Estado Democrático de Direito.

Para Gomes *et al.* (2008), os agentes do trabalho (os “flanelinhas”) que utilizam a praça Padre Cícero de Juazeiro, do Norte no Ceará, despertam diversos questionamentos. Posso indagar, com base em Gomes *et al.* (2008), sobre as seguintes questões: qual o perfil do trabalhador inserido naquele mercado? Qual sua relação com a sociedade e com aqueles que usufruem os seus serviços? Qual a faixa de idade e o perfil de habitação? Qual a longevidade na profissão? Qual o gênero da maioria dos envolvidos? Que bens materiais possuem? Qual a relação com o espaço que ocupam?

Na investigação etnográfica empreendida pelos autores, o “flanelinha” se configura como trabalhador quando, a fim de sobreviver, vende sua força de trabalho. Os autores vislumbram um campo fértil para a Sociologia Jurídica, na medida em que congrega a discussão de vários direitos postos: direito à dignidade, ao trabalho, à segurança social, ao uso do espaço público, dentre outros. Concluem, pela ótica da ciência jurídica, que os “flanelinhas” encerram um fato social do qual não se deve vilipendiar (GOMES *et al.*, 2008).

Por sua vez, Queiroz (2014), discorrendo sobre os “flanelinhas” da Paraíba, busca definir o conceito da atividade e sua inserção no contexto social, político e econômico, por meio do conflito de interesses privados entre guardadores e motoristas, destacando a precarização histórica do trabalho no Brasil. Queiroz (2014) analisa a expansão industrial caracterizada pela migração do trabalhador rural para as grandes cidades, passando a compor o “exército industrial de reserva” pela política

liberal adotada pelo estado, o que levou ao desemprego e à subutilização da força de trabalho.

Assim, Queiroz (2014) aborda as respostas que o estado apresentou para a questão, como a Lei Federal nº 6.242, de 23 de setembro de 1975, e a busca de normas locais para regulamentar a atividade. Essa regulamentação, na visão do autor, não trouxe benefícios para os trabalhadores autônomos, já que se apresentou como medida de proteção dos interesses da “classe dominante”, mas que, propriamente, constituiu-se em um instrumento de realização dos direitos desses trabalhadores. O autor enfatiza, então, que o papel do estado ignora por completo as raízes estruturais do problema, as quais exigem soluções mais complexas.

Souza (2009) questiona a legitimação do discurso excludente, a criminalização e a desqualificação do trabalho informal em espaço público. Seu estudo teve como referência e motivação uma série de operações policiais que visava a coibir a atuação de “flanelinhas” num bairro central do município de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. O autor analisou artigos jornalísticos divulgados em publicações oficiais e veículos de comunicação em massa, registrando similaridades com meu trabalho de pesquisa. Souza (2009, s. p.) conclui que há uma frágil fronteira entre o discurso da ordem pública e a exclusão social: “Corremos o risco de condenar pessoas não pelo que fizeram, mas pelo que são [...]. Flanelinhas incomodam ou somos nós que nos sentimos incomodados por eles?”.

Bretas e Saraiva (2013) se voltam para a análise dos “flanelinhas” segundo o conceito de “território”. Os autores apontam, a partir de um estudo de caso elaborado na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, que o “[...] território é constituído a partir do espaço”(BRETAS; SARAIVA, 2013, p. 16). Sintetizam o conceito de território como “[...] o lugar em que indivíduos competem pela exclusão do outro ameaçador”. Os autores utilizaram reportagens relacionadas com a atividade de lavadores de carro e “flanelinhas”, publicadas ao longo de 2012 (totalizando 22 matérias do Jornal Estado de Minas), para promover uma análise do discurso da mídia. Registraram que esse discurso caracteriza os “flanelinhas” e o trabalho informal em si de forma negativa, silenciando outros problemas e nuances advindos com a questão. A negatividade vem do uso dos vocábulos: “mal-encarados”, “algazarra”, “desmandos de flanelinhas”, “atormentam moradores”, além das relações feitas entre crimes de furto e roubo e os flanelinhas (BRETAS; SARAIVA, 2013).

Em outra análise, Prado (2012) busca avaliar as influências externas e condicionantes mais amplas que se impõem a esses agentes (“flanelinhas”) e limitam suas possibilidades profissionais na cidade de Maringá, Estado do Paraná. A autora propõe, então, compreender a atuação e identificar os fundamentos sociais das desigualdades socioeconômicas que acometem aquele público, já que acredita que esses fenômenos estejam relacionados.

A autora visa a compreender a atividade de “flanelinhas à luz da teoria”, ressaltando os conceitos de “fatos sociais” elaborados por Émile Durkheim, apontando que “[...] as formas estruturadas moldam a atitude dos indivíduos”. Recorre também aos conceitos de Bourdieu (1998), ao acreditar que o indivíduo é produto e produtor da sociedade. Para justificar essa assertiva, discorre sobre os conceitos de *habitus* e de “capital” (cultural, econômico, social e simbólico) conforme proposto por Bourdieu (1998).

Recorrendo à reflexão de Bourdieu (1998) sobre “capital”, Prado (2012) menciona que, quanto mais um agente o possui, mais bem posicionado ele tende a estar dentro de um campo. Dessa forma os indivíduos (“flanelinhas”) sem capital cultural, econômico, social e simbólico provavelmente se encontrarão mal posicionados, justificando, então, suas estratégias improdutivas. Sendo assim, a lógica de funcionamento de uma sociedade competitiva é baseada no campo (espaços estruturados de posições), no *habitus* e nas estratégias dos agentes.

Em sua análise, Prado (2012) defende que a exclusão social, a pobreza e o preconceito são as principais causas do surgimento dos “flanelinhas” que são alvos de estigma por parte da população. No entendimento do “senso comum”, segundo conta a autora, essa atividade é vista como uma ocupação que possibilita ganhar dinheiro de modo ilegal, praticada por indivíduos apontados como “oportunistas, ladrões e preguiçosos”. Não se consideram, assim, as determinantes socioestruturais, tais como: desigualdades sociais, exclusão social, precarização das bases de ensino.

Logo, pode-se pensar em “flanelinha” como “produto e produtor da sociedade”, indivíduos frequentemente marginalizados e sem voz, que atualmente se fazem presentes na grande maioria das cidades metropolitanas (PRADO, 2012). Destaco também a análise de Prado (2016) que compreende a atividade de guardadores de

carros em Maringá por meio da análise de dados etnográficos, procurando demonstrar como produzem suas identidades e suas práticas, como percebem a invisibilidade e a marginalidade.

Esta revisão da literatura proporcionou-me um enriquecimento sobre o cenário e o universo onde atuam os “flanelinhas”. Há uma semelhança entre a maneira como a sociedade os enxerga e os problemas por eles enfrentados no Nordeste (Paraíba e Juazeiro do Norte), no Sudeste (São Paulo e Volta Redonda e Belo Horizonte) e no Sul (Maringá), locais onde se desenvolveram os estudos. Prepondera, nessas pesquisas, uma abordagem jurídica, e até policialesca sobre os “flanelinhas”, embora contenham também informações relevantes sobre os guardadores de veículos e suas dificuldades no dia a dia da atividade.

Na visão de alguns dos pesquisadores citados, com os quais concordo, a questão da regulamentação da atividade, sua inserção no contexto social e até a criminalização deles se apresentam de forma nebulosa e ainda sem solução, embora estivesse em vigor, desde 1975, uma legislação que buscava sua regulamentação.

Sendo assim, contribuiu, de maneira relevante para o meu trabalho, a visão de Prado (2012), uma vez que adota uma abordagem para além da rotina dos “flanelinhas”, procurando entender as causas que os levam a essa atividade, esforço semelhante ao desenvolvido por este trabalho. Contém reflexões e conceitos sintonizados com os que pretendo adotar. Isto é, identificar os fundamentos sociais das desigualdades socioeconômicas à “luz da teoria sociológica”. Com base nisso, utilizei uma abordagem nessa direção, elaborando um breve resgate das condicionantes históricas presentes na nossa sociedade que resultaram no surgimento dos “flanelinhas”.

3.2 OS “FLANELINHAS” DA CIDADE DE VITÓRIA

3.2.1 O contexto social urbano de Vitória

As condicionantes do espaço físico e urbano afetam fortemente o surgimento dos “flanelinhas”, objeto desta dissertação. A cidade de Vitória, onde eles habitam, é partida, fragmentada. Convivem, lado a lado, em uma região urbanizada com edificações modernas, ruas pavimentadas e uma periferia repleta de carências, onde predominam os casebres nas favelas e em áreas de invasões, sujeitas a intempéries, registradas frequentemente pela mídia. Esse ambiente, onde as necessidades emergentes não são atendidas, está fadado a ser o teatro de conflitos.

O pensamento do geógrafo Milton Santos (1993) se aproxima da percepção sobre a cidade de Vitória após a fase industrial. Para esse autor, o novo perfil industrial acarreta, também, paralelamente, em decorrência do esvaziamento do interior, uma certa “involução” metropolitana.

Por isso, a grande cidade, mais do que antes, é um pólo da pobreza (a periferia no pólo), o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas. A grande cidade se torna o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, isto é, o teatro de numerosas atividades ‘marginais’ do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal. [...] o fato é que a população não tem acesso aos empregos necessários, nem aos bens e serviços essenciais, fomenta a expansão da crise urbana. Algumas atividades continuam a crescer, ao passo que a população se empobrece e observa a degradação de suas condições de existência (SANTOS, 1993, p. 9-10).

O antropólogo baiano Antônio Risério (2012)⁴ sinaliza na mesma direção: “[...] a cidade deveria ser o lugar do convívio da diferença, entretanto, o crescimento desenfreado, o medo da mistura, resultou na segregação sócio espacial, nosso problema urbano atual”. Na mesma entrevista, Risério (2012) revela que o espetáculo da diversidade das pessoas, no espaço público é o que dá à cidade a sua qualidade essencial. É no espaço público, que aprendemos a interagir com estranhos a conviver com diferenças e a incorporar normas sociais básicas.

⁴ Entrevista concedida ao jornal O Globo em 21-4-2012. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

Entendo que o desenvolvimento do consumismo, mola mestra da sociedade competitiva, contribuiu para o aumento dos desajustes. Jovens das periferias recebem estímulos para possuir aquilo que eles não têm condições de adquirir. Desenvolve-se assim uma visão fragmentada da realidade. Os morros distantes não são mais azuis, e sim uma ameaça, como se as favelas e periferias fossem um gueto repleto de marginais. São marginalizados sim, pela sociedade, mas não são “marginais” no sentido policiaisco da palavra. A leitura dos dados da minha pesquisa revelou que muitos deles se tornaram “flanelinhas” ao buscar uma maneira digna de sobrevivência.

3.2.2 O modal de transporte urbano: o automóvel

Dentre as carências das cidades brasileiras citadas por Milton Santos (1993), estão: desemprego; habitação e transportes deficientes; poucas opções de lazer; água e esgotos não tratados; falta de acesso à saúde e à educação. Irei me ater a questão dos transportes, fator diretamente relacionado com o tema pesquisado. A atividade desempenhada pelos guardadores de veículos (“flanelinhas”) pode ser compreendida como uma decorrência do transporte motorizado, modal predominante nos deslocamentos, tanto coletivo quanto particular na Grande Vitória.

No entanto um breve histórico sobre o desenvolvimento dos transportes na região revela que nem sempre foi assim. É o que consta na Revista Ceturb – GV (2001), no Arquivo da Biblioteca Pública, a partir de um relato sobre o desenvolvimento do sistema de transportes na Grande Vitória desde o bondinho a burro, no fim do século XIX.

Em 21 de julho de 1911, foram inaugurados os bondes elétricos na capital que substituíram os bondinhos a burro, com a presença do Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca. Em outubro de 1936, os primeiros ônibus começam a trafegar em Vitória. Nas décadas de 1950 e 1960, com o incremento do número de automóveis e caminhões, os bondes perdem eficiência e, em “[...] 1963, são extintos os serviços de bondes na cidade de Vitória”. (*REVISTA CETURB – GV*, 2001, p. 7).

O transporte aquaviário entre Vitória, Vila Velha e Cariacica funcionou entre os anos 1978 e 2000, mas foi desativado pelo estado com a justificativa de falta de viabilidade econômico-financeira. Com o desenvolvimento da indústria de veículos a

partir do governo Kubitschek, no final da década de 1950, o transporte de pessoas das classes mais abastadas na Grande Vitória passou a ser predominante por meio da utilização dos automóveis, estimulado pelas deficiências do transporte público. Com o desenvolvimento da construção civil, aumentou a demanda para estacionamento nas vias públicas, principalmente nas áreas comerciais. Surge, então, uma condição física para a atuação dos guardadores de veículos (os “flanelinhas”), já que os carros estacionados nas vias públicas ficam expostos ao vandalismo.

Nesse contexto, os guardadores de veículos atuam como subproduto de uma sociedade motorizada, construída durante as últimas décadas. Essa condição física é apenas uma das relacionadas com a atividade. Entendo que as condições políticas, culturais e socioeconômicas estão, também, presentes na atividade, como procuro demonstrar a seguir.

3.2.3 Caracterização dos personagens entrevistados

O objetivo das entrevistas, tendo em vista o tema, foi definir o perfil socioeconômico dos “flanelinhas” por amostragem, não focalizando, exatamente, as suas histórias de vida. Entrevistei, em dezembro de 2018, conforme dito na apresentação desta dissertação, oito personagens num universo indefinido, pois a referida atividade está sujeita à grande rotatividade. Quatro deles, quando abordados, recusaram-se a conceder entrevista. A não existência de um cadastro pela Prefeitura de Vitória dificulta quantificar o número deles atuando na cidade de Vitória e mesmo nas áreas pesquisadas.

As entrevistas foram realizadas nas ruas onde eles atuam, no Centro de Vitória, especialmente no bairro Praia do Suá. Quatro se negaram a responder o questionário mesmo após eu ter me identificado, dizendo ser aluno de uma universidade e que tinha como propósito entender o dia a dia deles. Observei que os que se recusaram a fornecer a entrevista estavam lavando veículos, mas não justificaram a razão da negativa. Outros, mesmo em atividade, aceitaram o diálogo e o resultado desta pesquisa de campo é que passo a relatar.

Todos revelaram que lavar os veículos é mais rentável do que simplesmente vigiá-los. Utilizam o transporte coletivo para se deslocar até a rua onde atuam, com exceção de um, que mora perto (Morro da Garrafa), e de outro, que é morador de rua. Questionado sobre a relação com os motoristas, somente dois reclamaram. O “flanelinha” Beto (codinome),⁵ que atua na rua do bairro Praia do Suá, informou-me que: “A maioria atende e dá uma contribuição voluntária em dinheiro, mas alguns são agressivos”. Também sobre isso, Ayslan, da Praça da Catedral, no centro de Vitória, me disse: “Relação boa com aqueles que já são clientes, mas tem alguns que trata a gente como ‘Zé Ninguém’ e se recusa a pagar”.

Os demais entrevistados disseram ter a confiança dos moradores e comerciantes da região em que atuam. Lourival, que trabalha na rua atrás da Catedral de Vitória, contou-me que tem “clientes” antigos, há mais de 20 anos. Cristiam, que exerce a atividade na Avenida República, ao lado do Parque Moscoso, fala orgulhoso, que tem clientes antigos. “Tem dia que pego até 30 chaves de veículos de advogados e funcionários da Justiça que trabalham aqui perto”.

Hélcio, da rua Padre José Anchieta (também no Parque Moscoso), há 38 anos trabalhando como “flanelinha”, também me revelou que lava carros e tem alguns “clientes”. Tem amigos e se sente “parte da comunidade”. Disse-me, em entrevista: “Sou alegre e feliz trabalhando aqui”. Orlando, há 30 anos na Praça da Catedral, disse-me também que tem “clientes” antigos e que se sente útil: “Gosto deste lugar e trabalhar aqui me dá satisfação, como se fosse um remédio”.

Todos os entrevistados e seus dependentes utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS) por intermédio do Posto de Saúde da Prefeitura, quando adoecem. Dentre os problemas enfrentados no dia a dia, devo citar as intempéries que prejudicam o trabalho nos dias chuvosos, o acesso precário aos banheiros. Na maioria das vezes, usam, de favor, os bares próximos. A alimentação quase sempre é de marmitas que levam de casa.

As entrevistas revelaram as seguintes características dos personagens: dos oito entrevistados, seis atuam como “flanelinhas” há mais de 5 anos; três praticam

⁵ Utilizo o codinome para os personagens “Beto” e “Italiano” por achar mais simpático. Para os demais usei só o primeiro nome.

essa atividade há mais de 20 anos intercalados com períodos em que estavam empregados. O único que revela estar há 17 anos na mesma atividade foi Cristiam, que veio para Vitória depois de trabalhar no Estado do Rio de Janeiro, na Ilha do Governador, numa empresa de entrega de comida e também como conferente no Porto e como ajudante de pedreiro. O mais novo tem 26 anos e o mais velho 66 anos. Residem em bairros periféricos e usam o transporte coletivo ou caminham até o local da atividade. Todos possuem carteira de trabalho e já foram empregados durante diferentes períodos, estando atualmente desempregados devido à pouca oferta de trabalho ou porque a empresa em que trabalhavam não mais existe.

Sobre isso, Marcelo, “flanelinha” no bairro Praia do Suá, me relatou: “[...] quando tinha carteira assinada, era renda complementar, hoje é minha única renda, garante precariamente minha sobrevivência e a de meus dependentes. Moro de aluguel há 17 anos”. Beto também me revelou que paga aluguel de casa e disse que “[...] quando chove continuo aqui na busca de algum trocado”.

Já Ayslan me informou que saiu da construtora onde trabalhava com carteira assinada depois que ela “quebrou”: “Tem dia que não rende nada”. Lourival me disse que já trabalhou em várias empresas: “Todas elas já fecharam e encerraram suas atividades”. Orlando, da Praça da Catedral, disse que já trabalhou em vários lugares, inclusive como gari da Prefeitura: “Consegui me aposentar pelo INSS há cinco meses”.

Italiano (codinome) chamou a minha atenção pelo fato de ser de família tradicional da cidade e ter demonstrado conhecimentos históricos e literários. Falou da Guerra do Vietnã, do filósofo Sócrates, de Guimarães Rosa, Machado de Assis e Euclides da Cunha: coisas do destino, álcool, droga e problemas familiares me levaram a ser “flanelinha”. O que ganho garante precariamente minha sobrevivência. Não tenho dependentes financeiros, apesar de ter um neto e uma filha”. Já Hércio me disse ter todos os documentos, trabalhou em várias empresas, inclusive na firma que construiu o metrô de São Paulo, morando no alojamento como pedreiro: “O rendimento como guardador de veículos garante minha sobrevivência precariamente. Minha filha é manicure e me ajuda nas despesas”.

Sete deles sustentam familiares (de dois até seis dependentes) e os seus rendimentos, como “flanelinhas”, fornecem seus sustentos com dificuldade ou precariamente. Todos me informaram que se sentem “úteis à sociedade”. Foram unânimes em afirmar que o sistema rotativo implantado pela Prefeitura de Vitória prejudicou muito suas atividades. Uma informação que entendo como relevante foi que a baixa escolaridade é uma constante entre eles, podendo ser considerada característica condicionante em suas situações sociais. Passo então a analisá-la.

3.2.4 Aspectos socioeconômicos e culturais dos personagens

Buscando verificar quais fatores levaram ao surgimento da atividade dos “flanelinhas” no contexto urbano da cidade de Vitória, parto da perspectiva de que a cidade é um município partido, fragmentado, marcado por um desenvolvimento segregado e deficiente em políticas públicas voltadas para a população excluída. Desse modo, enfatizo a hipótese de que as condicionantes sociais e estruturais (por exemplo, o mercado de trabalho, pobreza e exclusão social em grandes proporções) seriam indicativos do surgimento e atuação dos guardadores/lavadores de automóveis denominados “flanelinhas”.

Nessa perspectiva, verifico que as problemáticas da estrutura social – apresentadas por diversos fatores, como ausência de políticas públicas, desigualdade social, exclusão social e precarização das bases de ensino acabam por abrir precedentes para o surgimento de outros problemas sociais, como falta de preparo para o mercado de trabalho formal, precariedade das ocupações, pobreza etc. A partir dessa abordagem sociológica, foi possível pensar os guardadores de carros como produtos e produtores da sociedade em que a atuação como guardador de automóveis se apresenta como uma estratégia de sobrevivência, não como uma opção deliberada.

Aponto que, no mundo social, vigora uma competição desigual. Há consenso de que vivemos em uma sociedade movida pela lógica da competição. Verifico que, dentre os entrevistados, 75% só cursaram até a 4ª série e somente 25% conseguiram concluir o ensino fundamental (8ª série), logo 100% dos entrevistados não tiveram um

aprendizado escolar que lhes proporcionasse condições de ascensão social. Reflito, assim, sobre as condições (“armas”) (SOUZA, 2018) que os entrevistados dispõem para enfrentar a competição nessa sociedade. Segundo Jessé Souza (2018, p. 207), “[...] as classes privilegiadas recebem desde o nascimento as armas necessárias para a luta da competição por todos os bens e recursos escassos. Os excluídos entram desarmados nessa luta”. Mas quais são essas “armas”, conforme questiona Souza (2018), que os “flanelinhas” não têm?

Para refletir sobre esse tema, utilizo o conceito de *habitus* de Bourdieu (1998, p. 64) por entender que se aproxima do contexto estudado:

O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e, um capital. O *habitus* [...] indica a disposição incorporada quase postural [...]. Conjunto dos saberes e do saber fazer acumulados em todos os atos de conhecimento – e por meio deles -, realizados pelo colégio dos melhores, no passado e no presente.

Jessé Souza (2018, p. 199) sintetizou assim esse conceito de Bourdieu (1998), como “[...] um esquema de conduta e comportamento que passa a gerar práticas individuais e coletivas [...]. O *habitus* é o passado tornado presente [...]”. Na reflexão sobre os desafios e as deficiências enfrentadas, no seu *habitus*, pelos mais pobres, Souza (2018) passa a analisar as “armas” das quais os indivíduos não dispõem para se integrar na sociedade competitiva, ou seja, o “capital”. Dessa forma, o “capital” deixa de ser apenas uma categoria “econômica” e inclui tudo aquilo que assegure o acesso a todos os bens e recursos escassos na competição social: “Bourdieu reconhece que o capital econômico é decisivo para assegurar vantagens permanentes nesta disputa, mas ele não está sozinho” (SOUZA, 2018, p. 225).

Para além do capital econômico, uma das maiores descobertas de Bourdieu para a ciência social foi a importância, tão central quanto a do capital econômico, do “capital cultural”. Considero como de fundamental relevância para o presente trabalho o conceito de “capital cultural” por ser uma das principais carências dos “flanelinhas” no enfrentamento “desarmado” da guerra no mundo do trabalho da sociedade competitiva. Percebo, pelo perfil dos entrevistados, que essa conceituação sobre “capital cultural” pode ser aproximada à situação social vivida por eles, já que todos pertencem à classe que compõe a base da pirâmide de nossa sociedade. São

habitantes das periferias que não tiveram acesso ou condições para obter conhecimentos técnicos nem escolares que lhes proporcionassem ascensão na sociedade competitiva. As condições enfrentadas pelos entrevistados se aproximam, do ponto de vista teórico de Bourdieu (1998, 2017).

Concebo que o “capital cultural” para Bourdieu (1998, 2017) é tudo aquilo que logramos aprender, não apenas os títulos escolares. Os indivíduos são constituídos, assim, pela competição social de modo distinto, dependendo de sua vinculação de classe. Esse ponto de partida envolve, basicamente, três capitais: o “econômico”, o “cultural” e o “social”. Souza (2018, p. 227-228) sintetiza assim as diferentes possibilidades de ascensão das classes na sociedade competitiva:

Os filhos das classes médias, com grande possibilidade, possuem esses estímulos emocionais e afetivos, ou seja, possuem esse capital cultural, em dois sentidos. Em primeiro lugar, chegarão como vencedores na escola e depois no mercado de trabalho, e ocuparão espaços que as classes populares – classe trabalhadora e ralé - não poderão alcançar; em segundo lugar, reproduzem também a invisibilidade do processo social de produção de privilégios – que se realizam na privacidade dos lares e que podem aparecer, posto que sua gênese é encoberta, como mérito individual e, portanto, como merecimento dos filhos das classes médias.

Para Souza (2018, 2009), só é possível subir na estrutura social por meio da obtenção de “capital cultural”. Esse é um requisito fundamental. O autor acrescenta também que há um certo “conformismo” dos desclassificados, pois o que se retira dos dominados socialmente não são apenas os “meios materiais”. A dominação de classe exige que as classes dominadas se vejam como “inferiores”, “preguiçosas” e “menos capazes”. Nesse sentido, o autor aponta: “Se o dominado socialmente não se convence de sua inferioridade, não existe dominação social possível” (SOUZA, 2018, p. 234).

O “capital cultural”, sob a forma de conhecimentos técnicos e escolares, é fundamental para a reprodução das classes sociais: “As classes médias se constituem historicamente pela apropriação diferencial do capital cultural e se tornam uma das classes dominantes da sociedade” (SOUZA, 2009, p. 20). Ao se refletir sobre o fracasso escolar, há que se considerar a fragilidade da motivação dos indivíduos das classes excluídas. Será que basta que o pai ou a mãe diga, abstratamente, que a

escola é importante para ele vencer na vida, como acontece frequentemente nas classes despossuídas, se o exemplo dos pais, em que a escola foi tão pouco eficaz na realidade cotidiana, nega o que eles afirmam da boca para fora?. Segundo Souza (2009, p. 412), “Essa desmotivação leva o aluno ao descrédito e à crença de que existe um mundo para o qual ele simplesmente não foi convidado”.

Conforme a perspectiva de Souza (2009, p. 81), “[...] existe um verdadeiro abismo entre as crianças da classe média e da ralé (excluídos). Enquanto as primeiras chegam à escola já tendo recebido dos pais todo o estímulo, exemplos e motivação, as da ralé chegam despreparadas para os mesmos desafios”. A adesão afetiva ao aprendizado é fruto de uma configuração familiar capaz de transmiti-la como herança aos seus descendentes. A família desorganizada, sem a confiança no afeto dos pais, prejudica o sucesso no aprendizado. Cito como exemplo o depoimento de Beto (codinome), um dos que entrevistei: “[...] devido ao falecimento de meu pai, ainda jovem, tive que abandonar os estudos para ajudar na sobrevivência da família”.⁶

Para “ilustrar” esse contexto escolar desfavorável que afeta nossa realidade latino-americana, e também os personagens deste trabalho, transcrevo uma citação da entrevista com Alfonso Cuarón (2019, p. 71) promovida pelo produtor e editor do filme *Roma*⁷ com empregadas domésticas mexicanas: “Os filhos dos nossos patrões estudarão em grandes universidades, aprenderão coisas inteligentes, se moverão facilmente pelo mundo; nossos filhos tentam alcançar educação suficiente para se graduar nos empregos serviços dos pais”.

Outra questão que me faz refletir sobre os aspectos socioeconômicos dos personagens advém da construção histórica de nossa sociedade, qual seja, as consequências da libertação dos escravos, flagrantemente presentes na cidade de Vitória. Várias obras da nossa Sociologia abordam esse tema, como *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre (1975); *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro (1995); e Florestan Fernandes em *A integração do negro na sociedade de classes* (2008). Neste último livro, Florestan se predispõe a empreender uma análise de como o “povo” emerge na história brasileira, com repercussão no contexto regional ora abordado.

⁶ Entrevista realizada pelo autor em 6 de dezembro de 2018.

⁷ *Roma*: Filme mexicano, Oscar de melhor filme estrangeiro (2018). Narra a rotina de uma família da classe média e sua relação com uma babá e empregada doméstica.

Para Fernandes (2008, p. 9), “[...] a concentração no negro e no mulato se legitima, neste contexto, pois que foram precisamente estes grupos que tiveram o pior ponto de partida na transição da ordem escravocrata à competitiva”.

Fernandes (2008, p. 20) registra que os antigos senhores (na sua maioria), o Estado e a Igreja ou qualquer outra instituição jamais se interessaram pelo destino do liberto: “O abandono do liberto pelos antigos donos e pela sociedade como um todo, estava, de certo modo, prefigurado o destino da marginalidade social e da pobreza a econômica”. Restou-lhes, na visão de Fernandes (2008, p. 168-169), “[...] a submersão nas lavouras de subsistência e a concentração nas então nascentes favelas das cidades, uma espécie de ‘desespero mudo’.

Ainda com base em Fernandes (2008), registro que as condições de inadaptação da população negra podem ser consideradas como singulares, se comparadas com a dos dependentes rurais brancos. Resta lembrar que o negro escravizado não teve acesso à propriedade da terra, diferente das condições dos imigrantes estrangeiros, especialmente os italianos, que tiveram acesso às “colônias” e foram agentes importantes na construção da economia cafeeira, tão presente na terra capixaba. Penso que, da abolição e da terra brotam mais desigualdades.

Cardoso (2019) sinaliza na mesma direção ao analisar os elementos de legitimação da ordem desigual e reprodução das desigualdades. A escravidão deixou marcas muito profundas e a promessa de proteção social e trabalhista nas cidades gerou um “[...] campo gravitacional urbano que atrairia muito mais gente do que o mercado de trabalho capitalista foi capaz de incorporar” (CARDOSO 2019, p. 4).

Outra questão que merece um registro é a moradia na cidade, que afeta diretamente os entrevistados. Com exceção de um que mora na rua, todos habitam favelas ou periferias na Grande Vitória, como revelaram as entrevistas. Relatei, no segundo capítulo desta dissertação, que, no final do século XX, houve um crescimento desordenado nas grandes cidades, notadamente na Grande Vitória, estimulado pela erradicação dos cafezais e pelo êxodo rural. Entendo que toda esta breve conceituação teórica, social e histórica me auxilia na compreensão do perfil dos personagens deste trabalho. Perfil que revelou uma condição de despossuídos, desempregados e com baixo aprendizado escolar.

3.2.5 A precarização do trabalho e a relação com o Poder Público Municipal

No primeiro capítulo desta dissertação, desenvolvi uma breve leitura sociológica do trabalho e sua dinâmica na economia capitalista até os nossos dias com a finalidade de iluminar o cenário onde surgem os “flanelinhas”. Percebi que a precarização do trabalho, sintetizada anteriormente, mostrou-se como uma discussão absolutamente adequada ao tema presente, já que acentua a situação social de vulnerabilidade vivida pelos “flanelinhas” no âmbito de suas relações de trabalho.

Antunes (2011, p. 408) também trata do tema para dizer sobre os “[...] trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quando não na condição de desempregado”. O autor diferencia esses informais entre os menos “instáveis” e os mais “instáveis”. Os menos instáveis possuem um mínimo de conhecimento profissional e os meios de trabalho, como as costureiras, os jardineiros, os vendedores ambulantes, os camelôs, dentre outros.

Há também os informais mais instáveis recrutados temporariamente que realizam serviços eventuais e contingenciais, pautados pela força física e pela realização de atividades dotadas de baixa qualificação, como carregadores, carroceiros e trabalhadores de rua e serviço em geral (ANTUNES, 2011, p. 409).

De acordo com as entrevistas, percebo essa condição de trabalhadores “instáveis”, pois todos têm carteira de trabalho e já exerceram trabalhos formais, no entanto, hoje, desempregados, praticam a atividade de “flanelinha”. Antunes (2011, p. 409) acrescenta que essa “[...] forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais básicos [...] se ficarem doentes são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda”. Cito essas abordagens da “Sociologia do Trabalho” para melhor entender o contexto em que atuam os personagens deste estudo.

As entrevistas revelam que essa precarização se mostra presente na atividade dos “flanelinhas” como uma “condicionante” e não como uma escolha deliberada. Todos mencionaram a falta de oferta de empregos, restando-lhes, assim, só a

alternativa do serviço de “flanelinha”. Nas entrevistas, os personagens disseram possuir carteira de trabalho, tendo exercido anteriormente atividades na construção civil, em outras indústrias e na vigilância. Foram demitidos ou por falta de vagas, ou por encerramento das empresas empregadoras. O sonho da maioria deles é obter trabalho formal, com carteira de trabalho assinada e contribuições sociais em dia, para garantia de uma aposentadoria na velhice.

Interessante notar as mudanças ocorridas no âmbito das relações de trabalho dos “flanelinhas” a partir da implantação do estacionamento rotativo, um serviço terceirizado contratado pela Prefeitura de Vitória à empresa TEC GOLD de São Paulo, para administrar estacionamento nas ruas comerciais. O pagamento varia com o tempo de uso (daí o nome de “rotativo”) e, em consequência, os veículos não permanecem mais estacionados o dia todo no horário comercial. Com a implantação desse sistema, o rendimento dos flanelinhas, que já era pouco, caiu muito e a maioria não deixou a atividade por falta de outras oportunidades de trabalho. Sempre que o desemprego aumenta, na busca de rendimento para a sua subsistência e a de seus dependentes, eles recorrem à atividade informal de “guardador e lavador de veículos”.

O depoimento dos entrevistados revelou como o sistema implantado pela Prefeitura interferiu na dinâmica da atividade deles. Sobre isso, Marcelo me informou que “[...] o rendimento caiu muito com o novo sistema e a empresa do rotativo não nos deu oportunidade de participar”. Já Beto me disse: “[...] atrapalhou muito minha atividade [...] diminuiu o ganho e não ofereceram oportunidade para a gente”. Ayslan me contou que “[...] prejudica muito. Não me convidaram para participar da empresa do rotativo. Tive problema com fiscal do rotativo por não ter colocado o boleto no interior do veículo e ele multou o dono que perdeu cinco pontos na carteira de motorista e recebeu uma multa. Prejudicou, assim, a minha relação com o cliente”.

Ainda sobre a questão do “rotativo”, Lourival me disse: “Atrapalhou muito. Prometeram um curso de capacitação para aproveitar a gente na firma, mas nunca aconteceu”. Orlando me revelou: “[...] prejudicou muito, tem pouco carro. Nem falaram nada com a gente, vieram e instalaram a cobrança. Nunca tive problemas com fiscais”. Cristiam me disse: “[...] prejudicou para mim pouco, pois tenho clientes cativos. Pessoal do rotativo não deram oportunidade para a gente. Nunca tive problema com fiscais”. Italiano me falou: “[...] prejudicou muito, quebrou a firma (nosso serviço).

Nunca tive problema com fiscais”. Hécio me disse: “[...] atrapalhou muito, busca ganho para eles. Não tive problemas com fiscais”.

As entrevistas demonstraram que, com a implantação do rotativo diminuiu a quantidade de carros nas ruas e, em consequência, reduziu o rendimento dos “flanelinhas”, que não tiveram oportunidade de serem contratados pela empresa. Ouvi, também, dos entrevistados, que a atividade desempenhada por eles proporciona um rendimento precário: “Tem dia que não rende nada”. A maioria revelou que está passando dificuldades. Cristiam me disse que “[...] dá para viver como pobre e ainda pagar aluguel”. Todos falaram que o estacionamento rotativo implantado pela Prefeitura de Vitória levou a uma diminuição acentuada do ganho. Isto é, o “trabalho” que já era precário ficou ainda mais precarizado.

No dia 3 de dezembro de 2018, estive na Secretaria de Trânsito (Setran GTCE) da Prefeitura de Vitória, em entrevista com o coordenador Roberto. Após me identificar, ele me passou as seguintes informações: a Prefeitura não registra e nem fornece crachá ou colete para os guardadores de veículos conhecidos como “flanelinhas”. A Setran GTCE licitou e mantém um contrato com a empresa TEC GOLD, para administrar o estacionamento rotativo nas ruas comerciais da cidade até o ano 2021, motivado pelo conflito existente entre motoristas e “flanelinhas”.

Perguntado sobre a reclamação de guardadores de veículos de não ter sido ofertada oportunidade de eles participarem do rotativo contratado, e se o edital previa essa possibilidade, o coordenador me informou que não estava previsto no edital. Disse-me, também, entender que a maioria deles não aceita a redução do rendimento para um salário-mínimo pago pela empresa e que eles ganham mais de três mil reais na atividade clandestina. Informou-me, ainda, que muitos deles têm pendências judiciais. Concluindo, esclareceu que o estacionamento rotativo foi implantado em ruas comerciais e que os veículos e guardadores migraram para ruas próximas, principalmente no centro da cidade.

Ainda no mês de dezembro de 2018, visitei também o escritório da empresa TEC GOLD no bairro Praia do Canto. Após me identificar como aluno da UVV, desenvolvendo uma pesquisa sobre flanelinhas (depois de muito insistir), fui recebido, não pelo diretor, mas por uma gerente da empresa que não tinha nada a informar

sobre o aproveitamento dos guardadores de veículos na atividade da operação de serviço contratado de estacionamento rotativo.

Ainda assim, todos os entrevistados mencionaram que nunca tiveram problemas com fiscais da Prefeitura. Também é importante sublinhar que Vitória não dispõe de um cadastro dos “flanelinhas”, fato que me leva a concluir que a municipalidade “fecha os olhos” para atividade deles. Devo mencionar que esse serviço informal exercido por “flanelinhas” não sensibiliza o Poder Público Municipal, possivelmente devido à não existência de uma “associação” ou qualquer outra organização que os represente. Como já mencionado, essa é uma característica dos trabalhos precarizados que apresentam, como subproduto, a fragilidade associativa, devido à inexistência de entidades sindicais ou afins que os representem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste estudo foi compreender a dinâmica de trabalho vivida pelos “flanelinhas” de Vitória, no Espírito Santo, considerando a sua realidade socioeconômica e as “condicionantes” que os levam a praticar esse trabalho informal, incluindo os conflitos existentes entre os “flanelinhas” e o Poder Público Municipal que tem ingerência direta (embora não cadastre nem fiscalize essa atividade), desempenhada nas ruas.

Como eles exercem um trabalho informal, “um não-trabalho”, promovi uma breve leitura sociológica da temática “trabalho” e sua dinâmica na economia capitalista ao longo do tempo no mundo ocidental. Verifiquei que o trabalho é uma atividade, historicamente, dependente do capital e que o trabalhador, produtor de todas as riquezas, se sente alienado. Ou seja, quando vai ao mercado, não tem acesso às mercadorias por eles produzidas. Essa alienação assumiu várias formas a partir do século XX, com o desenvolvimento de novos modos de produção e do avanço da ciência e da tecnologia.

Entendo que o trabalhador passou a desempenhar, praticamente, uma função acessória das máquinas. Alguns sociólogos chegaram a teorizar o fim da economia do trabalho. Outros, com os quais concordo, defendem que há uma dependência do capital em relação aos trabalhadores e que o capital sempre encontra novas fórmulas na sua relação com o trabalho. O capitalismo se reproduz por meio da troca de um “trabalho vivo” (humano) por um “trabalho morto” (maquinaria e tecnologia). Esse avanço não leva à extinção total do trabalho, já que o capitalismo necessita de sua condição. O interesse do capitalismo é a reprodução do trabalho flexível, sem direitos e sem normatização.

Estes conflitos entre “trabalho” e “capital” atravessaram o século XX e hoje, no limiar do século XXI, adquiriram novas formas na vigência da Economia 4.0, caracterizada pela robotização e automatização, que conduzem à extinção de muitas profissões, à exclusão de mão de obra humana, gerando um processo de desemprego estrutural e de precarização do trabalho.

Na minha visão, o que move a economia de mercado é o capital e o trabalho em sintonia. Os trabalhadores desempenham uma atividade dupla: produzem e consomem, com seus numerários, as riquezas geradas pela economia. Sem o protagonismo dos trabalhadores, entendo que não vamos criar um “desenvolvimento sustentável” e nem diminuir nossas históricas desigualdades, cenário típico para o surgimento dos “flanelinhas”. Esse é o contexto, na área do trabalho, que condiciona e estimula o surgimento dos “flanelinhas”, objeto desta pesquisa.

Os “flanelinhas” desempenham atividades urbanas, por isso pesquisei, também, a produção do espaço urbano a partir das dinâmicas capitalistas de trabalho no Brasil e no Espírito Santo, em especial na cidade de Vitória. A Capital capixaba, onde eles atuam, é uma cidade partida, fragmentada, onde convivem, lado a lado, uma região urbanizada e uma periferia repleta de carências, habitacionais e sociais. Esse ambiente, onde as necessidades emergentes não são atendidas, tornou-se o teatro de conflitos. As condicionantes do espaço físico urbano afetaram fortemente o surgimento dos “flanelinhas”, muitos marginalizados pela sociedade, mas não “marginais”, no sentido policalesco da palavra.

Entretanto, o Poder Público Municipal demonstrou pouca sensibilidade em relação à questão dos “flanelinhas”. Implantou o estacionamento rotativo, mais motivado pelo conforto dos motoristas do que pela subsistência dos guardadores de veículos. Este trabalho não visou a esgotar o tema, mas sim elaborar uma pequena contribuição refletindo sobre a vida desses personagens, sem rosto e sem voz, que habitam nossas cidades. Não somente os “flanelinhas”, mas também, como dito na apresentação, os “cavalos humanos”, que arrastam veículos improvisados carregando materiais recicláveis, os ambulantes, os vendedores de guloseimas e os jovens que fazem piruetas nos sinais em busca de uns trocados. Com o recrudescimento da Economia 4.0, entendo que o futuro deles se apresenta, ainda, incerto.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

ADORNO, Theodor. W. *Lições de sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2004.

ALMEIDA, Amylton. *Lugar de toda pobreza*. 1983 Disponível em: <http://www.yuotube.com.br>. Acesso em: 17 jul. 2020.

ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. *Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: Cead, 1999.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul. /set. 2011.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc.*, Campinas, . 25, n. 87, p. 333-351, maio/ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2009.

BENJAMIN, César (org.). *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

BRAGA, Rui. *Seremos líderes ou escravos da indústria?* 2018. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 3 jul. 2020.

BRETAS, Paula Fernandes; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Práticas de controle e territorialidades na cidade: um estudo sobre lavadores e flanelinhas. *Revista Eletrônica de Gestão*. Recife/PE, v. 11, n. 2, 2013.

BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio. *Dicionário Aurélio Básico da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1995.

CALIMAN, Orlando. Formação econômica do Espírito Santo: de fragmentos do Período Colonial à busca de um projeto de desenvolvimento. *RIGS: Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, p. 37-63, maio/ago. 2012.

CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.

CASTEL, Robert. *As transformações da questão social*. São Paulo: Educ., 2000.

DIAS, Netanias Dormundo; SILVA, Everaldo da. Sociologia, história e economia: um diálogo promissor. *Em Tese: Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 3, n. 2, jan./ jul. 2007.

FERREIRA, José Wesley. *Sociologia do trabalho*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ed. Ática, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Gilmara H. Gondim; SILVA, Joselina; COELHO, Virginia Cavalcante. *Uma investigação etnográfica sobre flanelinhas, que atuam na praça padre Cícero de*

Juazeiro do Norte – Ceará. Trabalho apresentado no XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária, 2008.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MACEDO, Cesar Fernando; MAGALHÃES, Diogo Franco. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. *Revista de História Regional*, n. 16, p. 61-69, 2011.

MARX, Karl. *O Capital: crítica de economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. *Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória*. Vitória: Edufes, 2013.

MELLO, Maria Conceição D’Incao e. *O “boia-fria”: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1976.

MÉSZAROS, István Mészáros. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. *Capital cultural*. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/verbetes/capcult.html>. Acesso em: 15 maio 2019.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Roberto Vêras (org.). *Dinâmicas atuais do trabalho na Paraíba: leituras sociológicas*. Campina Grande: Eduepb, 2014.

PAULA, Fernando Schimdt de. "Flanelinha" em conflito com a lei. *Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito*, São Paulo, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

PRADO, Francieli Muller. *A produção social da marginalidade entre "flanelinhas" da cidade de Maringá-PR*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2012.

PRADO, Francieli Muller. *Fazendo antropologia na rua: a gênese da produção social da marginalidade entre "flanelinhas"*. Maringá: PR: Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá, 2016.

QUEIROZ, Alex Bruno Neves de. *Guardadores autônomos de veículos (flanelinhas): prejuízo para a população e fracasso na sua regulamentação*. João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba, 2014

RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Paulo Silvino. *Conflitos e precarização no mundo do trabalho: Brasil Escola*. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/conflitos-precarizacao-no-mundo-trabalho.htm>. Acesso em: 17 abr. 2020.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo – 1985-1985*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

SANTOS, Luciano dos. *Sociologia do trabalho*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

SCHAYDER, José Pontes. *Como se tem escrito a história do Espírito Santo*. Cachoeiro do Itapemirim: Ed. Cachoeiro Cult, 2011.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória*. Vitória: Edufes, 2001.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 15, n. 43, jun. 2000.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem e como vive*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora LeYa, 2018.

SOUZA, Helder Barros de. *Vidas de praça: flanelinhas e exclusão social*. Monografia (Curso de Graduação em Psicologia) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2008.

TALLON, Miguel Depes. *História do Espírito Santo: ensaio sobre sua formação histórica e econômica*. Vitória: IHGES, 1999.

Periódicos e entrevistas:

GINZBURG. Carlo. O Globo, Caderno Prosa, 25 jan. 2014.

RISÉRIO, Antônio. O Globo, Caderno Prosa e Verso, p. 2, 21 abr. 2012.

REVISTA *CETURB – G: Uma viagem no tempo*. Arquivo da Biblioteca Pública – ES, 2001.

REVISTA ÉPOCA. *Edição semanal*, p. 71, 22 fev. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Relação dos personagens entrevistados

Entrevistas realizadas pelo mestrando Mauro Leite Teixeira

1. **Ayslan, 26 anos:** entrevista realizada na Praça da Catedral no Centro da cidade de Vitória, no dia 7-12-2018.
2. **Beto (codinome), 38 anos:** entrevista realizada na rua Padre Antônio Ribeiro Pinto, no bairro Praia do Suá, no dia 6-12-2018.
3. **Cristiam, 59 anos:** entrevista realizada na Avenida República no Centro (Parque Moscoso), no dia 11-12-2018.
4. **Hélcio, 38 anos:** entrevista realizada na rua Padre José Anchieta, no Centro (Parque Moscoso), no dia 11-12-2018.
5. **Italiano (codinome), 59 anos:** entrevista realizada na Praça Misael Pena, região do Parque Moscoso, centro de Vitória, no dia 11-12 2018.
6. **Lourival, 47 anos:** entrevista realizada na rua atrás da Catedral, no centro da cidade de Vitória, no dia 7-12-2018.
7. **Marcelo, 43 anos:** entrevista realizada na rua Neves Armond no bairro Praia do Suá, no dia 3-12-2018.
8. **Orlando, 66 anos:** entrevista efetivada na rua atrás da Catedral, no Centro da cidade de Vitória, no dia 7-12-2018.

*Obs.: No dia 6-12-2018, abordei dois guardadores de veículos e me identifiquei, na rua Almirante Tamandaré, no bairro Praia do Suá, mas eles se recusaram a conceder entrevista. O mesmo aconteceu no dia 11-12-2018 com dois guardadores de veículos na Praça do Trabalho, próximo ao Colégio do Carmo, no Centro de Vitória, que, também se recusaram a conceder entrevista.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

1. Qual seu nome, onde mora, instrução, idade, estado civil e quantos são seus dependentes?
2. Você nasceu na Grande Vitória ou veio de outra cidade, do interior ou do campo?
3. Há quanto tempo desempenha a atividade de guarda de veículos?
4. Possui carteira de trabalho? Já exerceu outra ocupação? Qual?
5. O que levou você a ser “flanelinha”? Conheceu alguém que fazia esse trabalho?
6. Esse trabalho garante sua sobrevivência e a de seus dependentes ou você tem outra fonte de renda?
7. Qual sua relação com os motoristas de veículos? São agressivos ou amistosos? Têm algum problema? Que tipo de problema? Alguém se recusa a pagar?
8. Quando chove, você continua na atividade? Leva marmita? Usa banheiro coletivo ou de bares?
9. Pretende continuar na atividade? Outra pessoa da família também faz esse serviço?
10. O estacionamento rotativo, pago, da PMV ameaça sua atividade ou pode ser uma nova oportunidade? Tem problema com fiscais da Prefeitura?
11. Você se sente útil ao realizar esse trabalho?
12. Você se acha cidadão de Vitória, ou se sente marginalizado?
13. Quando adocece, recebe algum atendimento?



Document Details

Title	DISSERTACAO DE MESTRADO PPGSP - VERSAO FINAL - MAURO LEITE TEIXEIRA (1).pdf
File Name	DISSERTACAO DE MESTRADO PPGSP - VERSAO FINAL - MAURO LEITE TEIXEIRA (1).pdf
Document ID	f9393a70928d48359e0468c2a128a51c
Fingerprint	a8b2b00cc68cb99e895a9f719ae066fa
Status	Completed

Document History

Document Created	Document Created Fingerprint: a8b2b00cc68cb99e895a9f719ae066fa	Nov 27 2020 08:46PM UTC
Document Signed	Document Signed by Flavia Nico (flavia.nico.vasconcelos@gmail.com) IP: 200.187.174.92	Nov 27 2020 08:46PM UTC
Document Completed	This document has been completed. Fingerprint: fdb0ae6444143923ad527d6b9af612eb	Nov 27 2020 08:46PM UTC